



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA

MESTRADO EM RELAÇÃO DE AJUDA E INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA

**DA PESSOA PARA A COMUNIDADE: A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO
PESSOAL NOS COMPORTAMENTOS DELINQUENTES**

(Dissertação de mestrado em relação de ajuda e intervenção terapêutica)

Lídia Isabel Fidalgo Joaquim Ferreira – 20091527

ORIENTADOR: Professor Doutor Manuel Sommer

Universidade Autónoma de Lisboa

Lisboa, Dezembro de 2011

Gostaria de exprimir a minha gratidão a todos os que me acompanharam ao longo deste percurso, uma etapa na minha existência e me ajudaram a chegar aqui.

Ao meu orientador, Professor Doutor Manuel Sommer, pelo seu contributo e pela coragem que me foi transmitindo ao longo do caminho,

Ao Professores Doutor Adriano Vaz Serra, da Universidade de Coimbra, Professor Doutor Cândido da Agra e Mestre Josefina Castro da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, pela gentil cedência dos instrumentos de pesquisa utilizados;

Aos jovens que se prontificaram a participar neste estudo sendo eles mesmos e dessa forma provendo uma amostra autêntica e realista;

Aos coordenadores das instituições, Dra. Aida Marrana e Dr. Manuel Ferreira que prontamente abriram as suas portas para facilitar a realização dos Grupos de Encontro;

Às facilitadoras dos grupos, Mestre Ana Azevedo, Dra. Angelina Tavares, Dra. Maria João Santos e Dra. Rebeca Miguez, quero agradecer a dedicação que mostraram para com os participantes e o esforço e empenho em colaborar no presente estudo;

Aos professores, amigos e familiares que contribuíram com o melhor que a vida tem: a compreensão, a amizade, o carinho e os saberes;

Ao Professor Doutor João Hipólito pela referência que para mim tem sido como pessoa e como profissional;

Às minhas filhas por serem quem são e especialmente ao meu marido, fiel companheiro de jornada que me fornece o suporte necessário em todos os momentos;

A Deus, o meu PAI.

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para o estudo da delinquência, na procura de estratégias de ajuda aos jovens para a modificação dos seus comportamentos.

Pretende-se verificar se, num ambiente facilitado de Grupos de Encontro, os jovens melhoram o seu autoconceito e se isso tem reflexos na diminuição dos seus comportamentos delinquentes.

A amostra foi constituída por 40 jovens, residentes em bairros sociais da Área Metropolitana de Lisboa, que aceitaram ser participantes de Grupos de Encontro.

Foram utilizados dois instrumentos de auto-resposta, o “Inventário Clínico de Autoconceito” e o questionário “Comportamentos Juvenis”, com aplicação antes e depois da experiência de grupo.

Em relação ao autoconceito, os resultados mostram diferenças estatisticamente significativas no factor impulsividade/actividade, com uma diminuição da primeira para a segunda aplicação. Quanto aos comportamentos, encontrou-se uma diferença estatisticamente significativa, traduzida no aumento dos comportamentos violentos e, embora sem significado estatístico, uma melhoria ao nível do consumo de drogas.

Palavras – chave: Autoconceito, adolescência, delinquência, grupos de encontro

Abstract

The aim of this work is to contribute to the study of delinquency in order to promote helping strategies for young people so they change their behavior. We intend to understand if young people improve their self-concept and if this is reflected in the decrease of their delinquent behavior as they participate in encounter groups.

The sample was constituted of 40 young people living in public housing in the Metropolitan Area of Lisbon, which agreed to participate in encounter groups.

Two self-response instruments were used in this search, "Clinical Inventory of Self-concept" and a Self-Reported Delinquency Questionnaire "*Comportamentos Juvenis*", which were applied before and after the group experience.

The results on Self-concept analyses were statistically significant in the impulsivity/ /activity factor, decreasing from the first to the last inquiry. As for behavior, we found a statistically significant increase of violent behavior and, although not statistically significant, the results point to a reduction of drug abuse.

Keywords: Self-concept, adolescence, delinquency, encounter groups

Índice

Agradecimentos.....	I
Resumo.....	II
Abstract.....	III
Índice.....	IV
Índice de Figuras	VII
Índice de Quadros.....	IX
Índice de Tabelas.....	X
Índice de Abreviaturas.....	XI
Da pessoa para a comunidade: A influência do desenvolvimento pessoal nos comportamentos delinquentes.....	1
Introdução.....	2
Enquadramento Teórico.....	6
Capítulo 1- Comportamentos delinquentes na adolescência.....	7
Adolescência e juventude: Definições.....	7
Delinquência.....	13
Factores de Risco.....	18
Problemáticas associadas à delinquência: Violência.....	21
Problemáticas associadas à delinquência: Consumo de substâncias nocivas	24
Capítulo 2 – A Influência do meio nos comportamentos delinquentes.....	34
Bairros sociais.....	34
Estruturas do meio: Família, escola, instituições.....	36
Capítulo 3 – A pessoa como agente de mudança.....	38
O Autoconceito.....	38

Autoconceito e auto-estima.....	41
A influência da terapia no autoconceito: Competências pessoais e sociais.....	43
Capítulo 4 – O grupo como facilitador da mudança.....	44
Estudo Empírico.....	50
Capítulo 1- Metodologia.....	51
Objectivos.....	51
Questões de investigação.....	52
Variáveis.....	52
População e amostra.....	52
Instituições de acolhimento do estudo.....	52
Projecto +Vida.....	53
Pastoral dos Ciganos.....	54
Caracterização da amostra.....	55
Capítulo 2 – Instrumentos de Pesquisa.....	61
Inventário clínico de autoconceito.....	62
Questionário “Comportamentos juvenis”.....	64
Registo de presenças por sessão.....	67
Capítulo 3 – Procedimento.....	67
Capítulo 4 – Apresentação de resultados.....	73
Resultados: Inventário clínico de autoconceito.....	74
Resultados: Comportamentos juvenis.....	75
Delitos relacionados com o álcool e as drogas.....	75
Comportamentos delinquentes.....	77

Furto.....	77
Violência.....	78
Outros delitos.....	80
Outros dados: Supervisão parental.....	82
Os Factores de Born.....	84
Associação entre as duas medidas.....	85
Participação efectiva nos grupos.....	86
Capítulo 5 – Discussão de resultados.....	87
Conclusões.....	94
Referências bibliográficas.....	97
Bibliografia.....	107
Anexos.....	108
Inventário Clínico de Auto-Conceito - Anexo A	
QDAR – Comportamentos Juvenis - Anexo B	
Registo de Presenças – Anexo C	
Autorizações protocolares – Anexo D	
<i>Checklist</i> de atitudes/registo de sessões – Anexo E	
Estudos de Normalidade – Anexo F	
Correlações entre as duas medidas – Anexo G	
Apresentação da Instituição: Pastoral dos Ciganos – Anexo H	

Índice de Figuras

Figura 1- Distribuição dos participantes segundo a idade	55
Figura 2- Distribuição dos participantes segundo género e idade	56
Figura 3- Distribuição dos participantes segundo a idade e bairros de residência	57
Figura 4- Distribuição dos participantes segundo a nacionalidade	58
Figura 5- Distribuição dos participantes segundo a nacionalidade da mãe e do pai	58
Figura 6- Distribuição dos participantes segundo a língua falada no agregado familiar	59
Figura 7- Situação económica dos participantes	59
Figura 8- Situação dos pais e das mães dos participantes face ao emprego	60
Figura 9- Distribuição dos participantes, segundo a idade, pelos ciclos de estudo	61
Figura 10- Tipos de furto referidos pela amostra, em percentagem (1ª aplicação)	77
Figura 11- Tipos de furto referidos pela amostra, em percentagem (2ª aplicação)	78
Figura 12- Formas de violência referidas pela amostra, em percentagem (1ª aplicação)	79
Figura 13- Formas de violência referidas pela amostra, em percentagem (2ª aplicação)	79
Figura 14- Outros comportamentos delinquentes referidos pela amostra, em percentagem (1ª aplicação)	80
Figura 15- Idade dos jovens com comportamentos de condução ilegal	81
Figura 16- Outros comportamentos delinquentes referidos pela amostra, em percentagem (2ª aplicação)	82
Figura 17- Formas de supervisão parental em relação à escola, em percentagem	83

Figura 18- Supervisão parental relativamente às saídas à noite e com amigos, em percentagem 83

Figura 19- Flutuação de presenças nos grupos de encontro 86

Índice de Quadros

Quadro 1- Critérios de diagnóstico do comportamento anti-social –DSM-IV	16
Quadro 2- Factores de risco de delinquência na infância	19

Índice de Tabelas

Tabela 1-Valores das duas aplicações do ICAC (media, mediana e desvio padrão)	75
Tabela 2-Valores das duas aplicações do QDAR, (media, mediana e desvio padrão) com comparação entre as duas aplicações	84
Tabela 3- Correlação entre o autoconceito e o comportamento delinquente (1ª aplicação)	85
Tabela 4 - Correlação entre o autoconceito e o comportamento delinquente (2ª aplicação)	86

Índice de Abreviaturas

AML – Área Metropolitana de Lisboa

ATL – Actividades de Tempos Livres

CCIT – Comité Catholique International pour les Tsiganes

CJ – Comportamentos Juvenis

FECALP – Federação Cahim Portuguesa

ICAC – Inventário Clínico de Autoconceito

IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência

IPDT – Instituto Português da Droga e Toxicodependência

ISRD – International Self-Reported Delinquency Survey

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONPC – Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos

ONU – Organização das Nações Unidas

PNRPLA – Plano Nacional para a Redução de Problemas Ligados ao Álcool

QDAR – Questionário de Delinquência Auto-revelada

SRD2 – Self-Reported Delinquency 2

SPSS – Statistical Package for Social Sciences

SPT – Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência

DA PESSOA PARA A COMUNIDADE: A INFLUÊNCIA DO
DESENVOLVIMENTO PESSOAL NOS COMPORTAMENTOS DELINQUENTES

.

Introdução

Na zona oriental de Lisboa e concelhos limítrofes existem grandes necessidades sociais com reflexos no abandono escolar, na marginalidade e na toxicodependência, bastante expressas pelos comportamentos delinquentes que vêm assumindo contornos deveras preocupantes. O estudo realizado por Moura, Guerra, Pain e Pinto entre 2001 e 2003 em bairros sociais da Área Metropolitana de Lisboa (AML), confirma esta ideia. “...o bairro social tende a tornar-se, ao nível do discurso e das práticas, um contexto densificado de exclusão e de fragmentações sociais graves, habitação degradada, desemprego, crise económica, marginalização juvenil...” (2003, p. 22).

O Observatório de Delinquência Juvenil, criado em Maio de 2008, realizou um estudo com o objectivo de caracterizar a delinquência juvenil nas áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. O estudo realizado em contexto escolar junto de 3000 jovens conclui que 47,7% dos inquiridos já tinham praticado actos delinquentes e que estes comportamentos tendem a aumentar durante a adolescência, atingindo o seu pico a partir dos 16 anos (Barreto, 2010).

Segundo Farrington (2000, citado por Fonseca, 2004) o comportamento anti-social, ou delinquente, é mais frequente entre os jovens que vivem em ambientes económicos desfavorecidos, com experiências de insucesso escolar e que são do sexo masculino. O estudo já referido, realizado pelo Observatório de Delinquência, confirma que a prevalência é maior no sexo masculino.

No âmbito da nossa actividade profissional ligada à Intervenção Comunitária deparamo-nos com uma população jovem em bairros problemáticos de Lisboa desde logo rotulada de “marginal” e “delinquente”, perpetradora de actos de violência no bairro de residência e em zonas periféricas. É frequente constatar a permanência de jovens adolescentes na rua, sobretudo rapazes, que se encontram sem orientação familiar, abandonados aos cuidados de si

próprios ou de irmãos, também eles adolescentes, também eles entregues a si próprios (Moura et al. 2003).

O rasto da delinquência é visível nestas zonas urbanas pela vandalização do espaço, dos edifícios e viaturas, pelos aglomerados de jovens que fumam drogas nos vãos e entradas, nas garrafas de cerveja vazias e abandonadas e ainda, nas brigas frequentes entre grupos rivais.

Vinagre (2006, p.74) considera que “a adolescência é uma das fases do ciclo de vida mais saudáveis, durante o qual são alicerçados conhecimentos, crenças e atitudes subjacentes aos comportamentos, pelo que se considera um período de eleição à promoção de comportamentos de saúde”.

Idade de vulnerabilidades, a adolescência é também um período propício à construção de estruturas de desenvolvimento que facilitem escolhas para um projecto de vida autónomo e saudável. Apesar do impacto do meio (Pato e Silva, 2006) na produção de uma identidade de lugar, é possível que em certas condições o jovem venha a desenvolver-se de uma forma positiva.

As estratégias de intervenção apontadas pelos estudos já desenvolvidos nestes contextos urbanos (Moura, et al. 2003) sugerem a integração dos jovens no esforço pelo encontro de caminhos e no seu planeamento.

De acordo com Fonseca (2004, p. 446) os estudos longitudinais sobre o comportamento anti-social apontam no sentido de que “as intervenções mais adequadas serão as de tipo multissistémico e multimodal”, em que se incluem programas de desenvolvimento moral e exercícios de competências sociais. Para Moura et al. (2003) o verdadeiro estímulo resulta da relação entre os jovens, os técnicos e o interesse das acções propostas.

De acordo com Rogers (1980/1987, p. 38) “os indivíduos possuem dentro de si vastos recursos para auto compreensão e modificação do seu autoconceito, das suas atitudes e do seu comportamento autónomo. Esses recursos podem ser activados se houver um clima, passível de definição, de atitudes psicológicas facilitadoras”.

Nesta linha de pensamento, foi colocada aos jovens entre os 11 e os 24 anos a proposta de participação em grupos de desenvolvimento pessoal, onde encontrem o espaço para fazer um percurso individual de encontro consigo mesmo e a oportunidade de “tornar-se tudo aquilo que pode[m] tornar-se.” Rogers (1980/1987, p. 58).

Proporcionar a estes jovens as condições necessárias ao desenvolvimento de competências que permitam a sua integração social, é simultaneamente uma tentativa de resolver as questões da violência, da delinquência e da marginalidade e de promover o crescimento e a mudança do indivíduo.

Equacionamos a possibilidade de combater a delinquência através da oferta de um espaço terapêutico onde se preconizem aprendizagens de valores sociais num programa de tipo psico-socio-educativo, centrado na pessoa. Que ao experienciar um ambiente facilitador do desenvolvimento pessoal que lhes permita uma novo olhar sobre si próprios, as interações sociais destes jovens tenderão a melhorar.

O nosso estudo visa analisar o impacto que os grupos de desenvolvimento pessoal, no quadro de referência da Relação de Ajuda Centrada na Pessoa, têm no autoconceito da população definida e nos seus comportamentos delinquentes.

Delineámos a estrutura do nosso trabalho em duas partes. A primeira é referente à contextualização e ao enquadramento teórico e a segunda à contribuição empírica.

Com o enquadramento teórico pretendemos definir um espaço de reflexão e análise crítica e bibliográfica. Organizámos a pesquisa por temas de relevância fundamental para o que pretendemos estudar, em 4 capítulos.

No primeiro capítulo “Comportamentos delinquentes na adolescência” estudamos a adolescência, e abordamos a delinquência nas suas várias definições e significados, factores de risco, e problemáticas associadas, nomeadamente a violência e o consumo de substâncias nocivas.

No segundo capítulo “A influência do meio no desenvolvimento de comportamentos de delinquência” analisamos a bibliografia relativamente à problemática do Bairro Social e as estruturas do meio, nomeadamente a escola e a família.

No terceiro capítulo “A pessoa como agente de mudança” apresentamos uma revisão sobre o autoconceito de acordo com diversos autores.

Fechamos a primeira parte com o enquadramento teórico de “O grupo como facilitador da mudança” no quarto capítulo.

Na contribuição empírica procuramos medir se, e até que ponto, na sequência da participação no Grupo de Encontro, ou de desenvolvimento pessoal, a pessoa muda e isso se vê reflectido numa mudança de comportamento. É feita uma definição da metodologia de investigação com a indicação das variáveis observadas e em que se inclui a caracterização da amostra, a explicitação dos instrumentos de avaliação utilizados - o questionário “Comportamentos Juvenis” e o “Inquérito Clínico de Autoconceito”- a descrição dos procedimentos adoptados quanto à recolha e tratamento de dados e ainda, a apresentação e discussão dos resultados.

No final da presente dissertação apresentamos as conclusões do estudo e tecemos algumas considerações finais.

Enquadramento Teórico

Capítulo 1 - Comportamentos Delinquentes na Adolescência

Adolescência e Juventude: Definições

Adolescência vem do latim *adolescencia* e significa “ crescer” num processo de desenvolvimento (adolescere) em direcção à maturidade. O dicionário *Webster* define o termo como um período de transição entre a puberdade e a idade adulta. É por definição um período de mudanças que decorrem do desenvolvimento biopsicossocial e que se caracterizam por alterações ao nível físico, do pensamento, da percepção de si e do outro, das relações intra e interpessoais.

Até ao início do Século XX a adolescência não foi considerada e tão pouco estudada. As crianças deixavam de ser crianças para se tornarem adultos, jovens adultos, através de rituais de passagem que lhes permitiam adquirir o estatuto de adulto e participar das actividades de adulto (Silva, 2004, p. 28).

No entanto, a evolução das condições económicas e sociais naquele período ofereceu o contexto que conduziu à “descoberta” da adolescência, numa mudança que afastou os adolescentes dos locais de trabalho, colocou-os na escola e ofereceu à Psicologia um novo campo de estudo. (Sprinthall & Collins, 1988/1999, p. 11).

Stanley Hall foi um dos pioneiros destes estudos nos Estados Unidos. Ele considerava a adolescência um estágio de desenvolvimento no qual os adultos deveriam investir porque eram solo em que qualquer semente, boa ou má, criaria profundas raízes, cresceria e produziria com rapidez e consistência. Segundo ele a adolescência não era meramente um período entre dois estádios mas um importante período do desenvolvimento humano (Sprinthall & Collins, 1988/1999, p. 16).

Para Freud, contemporâneo de Hall, a adolescência era um período necessariamente difícil e turbulento, noção que naturalmente faria eco hoje em alguns países. Margaret Mead introduziu a ideia de que a experiência de crescimento desses anos depende também dos aspectos culturais em que se insere o jovem, das expectativas e exigências que lhe são colocadas (Sprinthall & Collins, 1988/1999, p. 19-20).

De forma geral, nas sociedades ocidentais a adolescência desenrola-se durante um longo período de tempo. Kurt Lewin atribuiu à adolescência uma certa marginalidade tendo em conta que não pertencem nem ao grupo social das crianças nem ao dos adultos e “são confrontados com expectativas ambíguas e direitos e privilégios pouco claros” (citado em Sprinthall & Collins, 1988/1999, p. 23).

Assim, a adolescência é um espaço de transição entre a infância e a idade adulta que segundo Cordeiro (1997) decorre entre os 10 e os 19 anos. É considerado um período de crise/mudança, situando-se entre dois pólos importantes: A dependência (protecção) e a independência (autonomia), caracterizando-se por confusões, ambivalências, conflitos com os pais e com a função parental e pela procura de identidade e autonomia (Correia & Alves, citado em Silva, 2004, p. 26).

Os termos *adolescência* e *juventude* são por vezes usados concomitantemente e referem um intervalo etário que varia de acordo com os tempos e as culturas. A ONU define juventude entre os 15 e os 24 anos, a OMS define adolescência entre os 10 e os 20. De facto, o que realmente marca o fim do processo de adolescência são as mudanças, sobretudo as que ocorrem no campo sociocultural, tais como a entrada no mercado de trabalho.

De acordo com Artiaga (1998/2008, p. 219) “...o jovem é um cidadão cujo itinerário pode ser modificado, estimulado, alterado ou dificultado pelas condições em que se desenvolve.”

Nesta perspectiva este autor defende que o dia-a-dia do jovem pode e deve ser planeado com acções que possibilitem a realização de um determinado projecto de pessoa, com relevância especial para os anos da adolescência, uma vez que neles a construção da identidade e da socialização apresenta maiores dificuldades.

Para este autor, a juventude é um período que se situa entre o final da infância e a entrada na vida adulta. Refere que, pelo facto de ser fundamentalmente caracterizado por uma condição de transição, não se pode à escala universal estabelecer idades de princípio e fim, ainda que, segundo o mesmo, compreenda o grupo que se situa na faixa etária entre os 13 e os 25 anos de idade.

Ainda que a experiência de desenvolvimento seja individual e logo marcada por factores diversos, pelo que de acordo com Cordeiro (1997) existam tantas adolescências como adolescentes, existem características comuns a esta fase da vida.

A adolescência representa o período óptimo para o desenvolvimento da identidade. De acordo com Parrot (2003) decorrem mudanças rápidas ao nível físico, sexual, social, religioso e moral que podem desencadear ou ampliar grandes conflitos. A este processo de desenvolvimento humano Erickson chamou *crise de identidade*. Este autor considera a adolescência como um período de tumulto e tensão, um momento de decisão, em que é necessário conciliar todas as transformações com as expectativas e esperanças sobre o futuro, para a formação de um autoconceito coerente. (Sprinthall & Collins, 1999, p. 206).

De acordo com Fenwick e Smith existem na adolescência “marcos” emocionais e intelectuais pelos quais um ser humano tem de passar até atingir a idade adulta (citado em Silva 2004, p. 26)

Ainda de acordo com estes autores o padrão geral de maturação pode ser dividido em três estádios: adolescência inicial (11-14 anos), média (15-16 anos) e tardia (17 e 18 anos). Estes estádios são marcados por mudanças a diferentes níveis.

No primeiro, as alterações hormonais despertam uma maior preocupação com o corpo e a imagem, instabilidade de humor, comportamentos agressivos, rebeldes e provocadores e atribuição de maior importância aos amigos.

No segundo, verifica-se um movimento para o outro, em que os adolescentes se tornam menos autocentrados, desenvolvem maior capacidade de cedência, aprendem a pensar por si mesmo e a tomar as suas decisões. Os conceitos e valores que até então lhes foram propostos são colocados em causa para dar lugar à criação dos seus próprios valores. Os amigos assumem agora uma maior importância e desenvolvem-se relações amorosas. O leque de interesses amplia-se e cresce a curiosidade pelo mundo que os rodeia.

No terceiro estágio, ocorrem mudanças direccionadas para a independência, nomeadamente, emocional ou financeira. Procuram envolver-se ou preparar-se para o mercado de trabalho, desenvolvem relacionamentos mais estáveis, envolvem-se com a sociedade e sentem-se adultos em pé de igualdade com os pais.

Estes aspectos são apenas referência, sendo certo que, como referem Correia e Alves, a vivência da adolescência depende também da estrutura da personalidade de cada indivíduo e dos aspectos socioculturais em que este se insere (citado em Silva, 2004, p. 28).

Por outro lado, as abordagens mais orientadas para a aprendizagem social, sustentam que o desenvolvimento se faz numa continuidade em que as experiências vividas desde a infância vão gradualmente acumulando repostas cada vez mais complexas. Estas aprendizagens fazem-se pela observação dos comportamentos dos outros e pela experiência de recompensa ou punição dos seus próprios comportamentos. Assim se geram padrões de comporta-

mento que preparam, ou não, os indivíduos para enfrentar as exigências e expectativas da adolescência e da vida adulta e determinam o grau de turbulência com que serão vividos esses anos.

Há assim a considerar vários factores que influenciam o desenvolvimento da adolescência: Transformações físicas; desenvolvimento cognitivo (escola e aprendizagem), desenvolvimento social (família e pares) e ainda o desenvolvimento moral.

Na adolescência os ritmos em que decorrem a evolução física e sexual e o desenvolvimento intelectual são muitas vezes diferentes, o que pode originar problemas de comportamento, por vezes desviantes em relação às normas sociais impostas (Silva, 2004).

Uma mudança muito importante nesta fase é a capacidade de questionarem o seu pensamento e o dos outros. Podem também tomar consciência das várias formas de aprender, o que lhes facilita a tarefa de encontrar soluções para os problemas e cria oportunidades de autocorreção. Neste campo, as influências e os estímulos externos são de grande importância. Assim, as estratégias propostas devem estimular o pensamento abstracto e conduzir à acção, como por exemplo, a participação em actividades artísticas. A escola proporciona a experiência da expressão pessoal, estimula a imaginação e a reflexão, a vontade de aprender, o sentido crítico e a responsabilidade. O desenvolvimento intelectual forma um novo indivíduo, com capacidades diferentes, que procura a autonomia na relação com os outros (Silva, 2004).

O desenvolvimento social dos adolescentes faz-se por diversos meios, nomeadamente, pelos grupos sociais mais próximos: a família e os pares. O primeiro vai gradualmente perdendo relevância para o segundo. No entanto, é a atitude da família que oferece estrutura para este desenvolvimento (Born, 2005; Parrot, 2003; Silva, 2004).

O papel do grupo de pares na socialização dos adolescentes pode ser bom ou mau, conforme os casos. A busca da amizade é muito persistente, ainda que frágil e superficial. O sentido de pertença é uma das razões pelas quais os adolescentes tentam estabelecer amizades e relacionamentos com outros jovens, naturalmente com aqueles com que mais se identificam. Muitos estudos indicam que a qualidade das relações entre colegas constitui um dos percursos de ajustamento na vida adulta (Silva, 2004).

Neste sentido, Matos, Negreiros, Simões e Gaspar (2009, p. 69) sustentam que “...a idade dos sujeitos é uma das principais variáveis que influência o risco de ser vítima de violência interpessoal” e reportando-se ao estudo de Agra et al. (2000) segundo o qual 565 jovens entre os 10 e os 29 anos de idade morrem diariamente em todo o mundo como resultado de violência interpessoal, concluem que “os jovens representam a faixa etária mais vulnerável em termos de exposição à violência”. Matos et al. (2009, p. 68)

Uma vez que a adolescência representa um período tão significativo no processo de desenvolvimento humano, Erickson considerou a resolução da crise da identidade pessoal – a consciência do eu – a tarefa mais importante deste estágio, uma vez que dela decorre a forma de *ser* adulto (citado em Sprinthall & Collins, 1999, p. 199).

No modelo de desenvolvimento do adolescente proposto por Hill a identidade descobre-se na transformação das representações mentais do Eu para adaptar-se às mudanças, de forma a criar uma teoria do Eu que incorpore um sentido de unicidade e continuidade ao longo do tempo (citado em Sprinthall & Collins, 1999, p. 34).

Erickson afirma também que a formação da identidade envolve a criação de um sentido de unicidade, sentida pelo indivíduo e reconhecida pelos outros, alcançado através de um processo integrador das transformações pessoais, das experiências sociais e das expectativas

da sociedade em relação ao futuro, tanto ao nível dos comportamentos quanto dos objectivos do indivíduo (citado em Sprinthall & Collins, 1999, p. 202).

Delinquência

O termo delinquência vem do verbo delinquir, ou acto de cometer delito. Por delito entenda-se a acção contrária ao direito, ou a transgressão das normas jurídicas. Na definição legal o conceito de delinquência prevê a condenação de actos que são considerados crime se forem feitos por adultos ou ilegais devido à idade do jovem (Negreiros, 2001).

A delinquência juvenil é um problema social que remete para a prática de actos que à luz da lei penal seriam qualificados como crime, por indivíduos criminalmente inimputáveis em função da sua idade¹, bem como uma variedade de comportamentos que são ilegais pela mesma razão (Carvalho, 2010). É, no entanto, um problema transversal a várias outras ciências. Born (2005) aborda a temática em quatro perspectivas: psicossocial, criminológica, desenvolvimental e clínica.

Numa perspectiva psicossocial a delinquência traduz-se em comportamentos anti-sociais, que prejudicam o outro, conotados com intenção negativa e que estão em desacordo com as normas vigentes em determinada sociedade (Born, 2005).

Nesta perspectiva há ainda a considerar que todo o acto delituoso evolui no espaço e no tempo. Assim, um acto reprovado numa cultura ou sociedade pode ser considerado virtuoso noutra. A avaliação da desviância de um acto pode variar conforme o grupo social, religioso, cultural ou étnico (Born, 2005).

¹ Actualmente, a idade inimputável em Portugal é igual ou inferior a 16 anos

Na perspectiva criminológica, o significado de um acto depende da penalidade que lhe é atribuída pela lei, mas também do sentido que lhe é atribuído pela sociedade. Face ao excesso de casos criminais o sistema penal responde pela expulsão dos casos de delinquência menor, com a consequente banalização da mesma. Além disso, diversos estudos citados por Born (2005) confirmam que a atribuição da gravidade dos actos pode diferir conforme se trate da opinião pública ou da interpretação da lei. Assim, em determinados grupos sociais um acto punível por lei por ser banalizado, facilitando o caminho da desviância das normas impostas.

Porque nem todos os delitos são levados à justiça, há ainda a considerar que os registos oficiais não traduzem toda a realidade factual, pelo que, para uma melhor compreensão da dimensão e gravidade dos comportamentos delinquentes é vantajoso adicionar-lhes os resultados de auto-relatos (Born, 2005; Negreiros, 2001; Fonseca, 2004; Kuhn & Agra, 2010).

De acordo com a perspectiva desenvolvimental para compreender a delinquência é necessário observar a sua génese. Esta observação inclui os factos que ao longo da vida do indivíduo contribuíram para a sua formação bem como os acontecimentos e mecanismos em torno da passagem ao acto.

O processo de socialização tem importância primordial ao longo da infância e da adolescência. Durante a infância a criança aprende a socializar com os pares mas mantém no adulto a sua referência; na adolescência dá-se um deslizamento progressivo dos pais para o grupo de pares, onde o indivíduo aprende a gerir relações e situações de acordo com as regras aí vigentes, tal como lhe acontecerá na idade adulta. Muitas vezes os comportamentos delinquentes surgem na sequência de falhas no processo de socialização, porque o jovem permanece num estado egocêntrico infantil ou porque se encontra numa situação de marginalização ou exclusão.

A crescente institucionalização dos quotidianos e tempos de vida das crianças e dos jovens torna evidente o papel da escola como principal espaço de disputa social nestas idades, daí emergindo choques culturais, sociais, étnicos, religiosos e de género. Associados aos reflexos da massificação do ensino, esses choques podem revelar-se de forma brutal em torno da necessidade de afirmação pessoal e social que pode basear-se em linguagens e acções fortemente segregadoras, mas que nada mais são do que o espelho de como, desde muito cedo, as experiências de não inclusão escolar e social vêm a marcar a vida de muitas crianças (Carvalho, 2010, p. 76).

A perspectiva clínica centra-se na compreensão da pessoa no seu funcionamento interno. Integra factores familiares e individuais e permite reflectir sobre os componentes possíveis das personalidades delinquentes (Born, 2005).

Nesta linha de pensamento, a conduta delincente está igualmente correlacionada com a psicopatia, as pessoas com este tipo de personalidade revelam ser mais severas, frias, agressivas, menos preocupadas com os outros, mais insensíveis e hostis, bem como, mais solitárias, não temendo o perigo ou os riscos e sentindo prazer ao praticar o que é errado aos olhos da sociedade (Azevedo, 2010).

Os critérios do DSM-IV para este transtorno incluem 15 variâncias do comportamento anti-social, conforme enunciado no seguinte quadro: (Quadro 1)

Quadro 1. Critérios de diagnóstico comportamento anti-social DSM-IV²

Frequentemente persegue, atormenta, ameaça ou intimida os outros
Frequentemente inicia lutas corporais
Já usou armas que podem causar ferimentos graves (pau, pedra, vidro, faca, arma de fogo)
Foi cruel com pessoas ferindo-as fisicamente
Foi cruel com animais ferindo-os fisicamente
Roubou ou assaltou confrontando a vítima
Submeteu alguém a actividade sexual forçada
Pôs fogo deliberadamente com a intenção de provocar danos
Destruiu propriedade alheia propositadamente
Arrombou e invadiu propriedade privada (casa, edifício, carro)
Mente ou engana para obter ganhos materiais ou favores ou para fugir de obrigações
Furtou objectos de valor
Frequentemente passa a noite fora apesar da proibição dos pais (início antes dos 13 anos)
Fugiu de casa pelo menos duas vezes passando a noite fora enquanto morava com os pais ou com outros adultos que desempenham o mesmo papel
Faltou às aulas sem motivo (início antes dos 15 anos)

Estes critérios aplicam-se a indivíduos com idade inferior a 18 anos, exigem a ocorrência de 3 destes comportamentos nos últimos 12 meses e a prevalência de pelo menos um nos últimos 6 meses, impondo limitações importantes do ponto de vista académico, social ou ocupacional.

As condições de marginalidade e exclusão social reforçam a desadaptação dos indivíduos e estes encontram no comportamento delinquente uma maneira de comunicar o seu mal-estar, numa tentativa de construir um bem-estar substitutivo das necessidades indispensáveis para o crescimento pessoal. Ou seja, estes comportamentos tornam-se uma expressão do desejo orgânico de sobrevivência.

Na perspectiva de Quivy e Campenhoudt (2008, p. 116), ao tentar compreender a forma como são estruturadas as relações sociais, nas quais os jovens delinquentes se constituem actores sociais, assinalam duas hipóteses:

² Fonte: *American Psychiatric Association (2003). DSM- IV-TR*

1º Os jovens delinquentes são actores sociais cujas relações sociais estão fortemente decompostas. A violência e a rejeição das normas da sociedade são a sua resposta à exclusão social de que são objecto;

2º A delinquência encerra um processo de adaptação a esta decomposição; constitui uma tentativa “fora das normas”, ou desviante, de se reestruturar como actor social.

De acordo com Negreiros (2001), a investigação realizada permite-nos caracterizar múltiplas manifestações do comportamento anti-social, pelo que este deve ser considerado heterogéneo. Falaríamos assim de delinquéncias e não de delinquência. No presente estudo referimo-nos a delinquência enquanto comportamento que pode assumir várias manifestações diferentes e, nesse sentido, é heterogéneo.

Importa nesta altura distinguir entre a delinquência ocasional e a delinquência de carreira, ou a continuidade e mudança na delinquência (Born, 2005; Negreiros, 2001). Diversos estudos mostram que, com o decorrer do tempo, a maioria dos adolescentes tende a alterar o seu nível de delinquência, quer no sentido do aumento quer na diminuição da gravidade dos actos. A tendência para a persistência desses comportamentos ao longo do tempo representa um dos dados mais consensuais sobre o tema (Negreiros, 2001).

A delinquência ocasional ocorre quando um jovem comete actos esporádicos, com fraca gravidade. De acordo com Born (2005) existem numerosas evidências de que a maioria das carreiras delinquentes começam cedo, geralmente na adolescência, muitas vezes numa procura de estatuto e protagonismo, de aceitação pelo grupo de pares, de ganho material e de corte com os valores familiares.

Outros autores, citados por Fonseca (2004), referem duas categorias de comportamento anti-social: de início precoce e de início tardio ou limitado à adolescência. Na primeira categoria os comportamentos tenderiam a ser persistentes ao longo da vida, assumiriam for-

mas mais graves e estariam relacionados com défices ao nível do indivíduo afectando o seu funcionamento e capacidade adaptativa. “Quanto mais precocemente surgirem comportamentos anti-sociais maiores parecem ser as probabilidades da sua continuidade até á idade adulta e mais graves se revelam as suas consequências.” (Fonseca, 2004, p. 437) Na segunda, teriam uma natureza menos grave e transitória e estariam relacionados com factores de natureza psicossocial.

Segundo Rutter (2004), o grupo persistente ao longo da vida está associado não só a um começo precoce mas também a um nível muito elevado de factores de risco individuais, enquanto o grupo limitado à adolescência apresenta um nível mais baixo de factores de risco e é influenciado de maneira negativa pelos colegas.

Relativamente à idade, no que se refere ao crime, as taxas de prevalência e as taxas de incidência atingem os valores mais elevados durante a adolescência, com pico aos 17 anos e diminuição na entrada da vida adulta (Negreiros, 2001). Com esta indicação concordam os estudos realizados recentemente pela Escola de Criminologia do Porto (Agra, s.d.), cujos resultados foram parcialmente divulgados pela comunicação social no final de 2010.

Factores de risco.

A literatura tem reflectido sobre as causalidades da delinquência. O que leva um jovem a desenvolver comportamentos anti-sociais, a praticar actos delinquentes e posteriormente a modificar o seu comportamento no sentido positivo ou, pelo contrário, a agravá-lo entrando na vida adulta como criminoso? Diversas causas têm sido apontadas e discutidas por diversos autores, desde características biológicas, físicas e psicológicas do indivíduo, factos da sua história pessoal e familiar e ainda numerosos factores relacionados com o meio em que se insere. Loeber & Farrington identificaram os factores que se enunciam no Quadro 2 (citado por Fonseca, 2004, p. 418):

Quadro 2: Factores de risco de delinquência na infância³

Factores da criança	Temperamento difícil
	Comportamento impulsivo
	Hiperactividade (apenas quando ocorre em simultâneo com comportamentos disruptivos)
	Impulsividade
	Consumo de drogas
	Agressividade
	Comportamentos disruptivos de início precoce
	Isolamento
	Baixa Inteligência
	Toxicidade relacionada com o chumbo
Factores familiares	Comportamento anti-social ou delinquência parental
	Consumo de drogas pelos pais
	Práticas educativas deficientes dos pais
	Fracca supervisão
	Castigos físicos
	Pobre comunicação
	Fracas relações pais-filho
	Abuso físico e/ou abuso sexual por parte dos pais
	Negligência parental
	Depressão da mãe
	A mãe fumar durante a gravidez
	Ser mãe na adolescência ou muito jovem
	Desacordo entre os pais sobre a disciplina da criança
	Baixo estatuto socioeconómico da família
	Pais desempregados
	Pobre educação da mãe
	Falta de controlo no acesso das crianças a armas (especificamente armas de fogo)
Factores escolares	Pobre desempenho académico
	Muitas reprovações
	Fracca vinculação à escola
	Baixas aspirações escolares
	Fracca motivação escolar
	Escolas pouco organizadas e que funcionam mal
Factores ligados aos colegas	Associação com colegas desviantes ou delinquentes
	Rejeição por parte dos colegas
Factores relativos à vizinhança e à comunidade	Vizinhança pobre e desfavorecida, desorganizada
	Facilidade de aquisição de armas
	Exposição à violência dos <i>média</i>

³ Adaptado de Loebert & Farrington (2001)

Seguindo as ideias propostas por Loebert & Farrington e aqui enunciadas, encontramos suporte noutros autores relativamente à causalidade da delinquência. Segundo Kagan (2004, p. 2) o valor da cultura e as práticas de socialização na família desempenham um papel importante na potenciação da probabilidade de comportamento anti-social e o temperamento herdado da criança contribui de uma forma pequena, mas real.

Por outro lado, Rutter estabelece uma diferença entre indicador de risco e mecanismo causal. O comportamento anti-social é heterogéneo e apesar de as predisposições indicarem um aumento do risco de envolvimento em comportamentos anti-sociais, não determina a passagem ao acto, o tipo de acto e o momento do acto. Os factores envolvidos incluem as percepções que os jovens têm das oportunidades de cometer o acto, da sua capacidade de tirar vantagens do mesmo sem ser apanhado e da avaliação das consequências desse acto, no caso de serem apanhados (Rutter, 2004, p. 13).

Para Lakatos o comportamento desviante é não simplesmente a infracção de uma norma mas também um comportamento que infringe determinada norma para a qual a pessoa está orientada. (1987, citado em Dias, 2004, p. 85)

Carvalho (2010, p. 75) refere que são vários os traços das mudanças sociais em Portugal que devem ser considerados no estudo da delinquência. Evoca as alterações demográficas e a construção de uma sociedade multicultural e as transformações no constructo familiar. A conjugalidade tardia, o aumento das taxas de divórcio, novos modelos de relacionamento (coabitação, famílias monoparentais e (re) constituídas) que têm vindo a destacar a presença e interacção de outros elementos como os avós, os tios e os padrastos ou madrastas. A família é o lugar privilegiado da aprendizagem social e, é ao nível da sua estrutura, da natureza das

dinâmicas e dos papéis familiares que se vêem reflectidas as mais importantes transformações.

Ainda assim, e de acordo com Born (2005, p. 200) os estudos realizados mostram que não é o meio imposto, em si, que produz a delinquência no jovem mas antes, o meio que ele escolhe, ou seja, aqueles que adoptam condutas delinquentes percorrem um caminho no qual fazem concordar os seus comportamentos com os meios que escolhem e os valores que vivem. Outros estudos referidos por Martins M. J.(2005, p.133) são consonantes com ideia de que a construção pessoal de cada indivíduo e as suas opções de vida constituem factores de risco.

Problemáticas associadas à delinquência: violência.

Karli considera que a violência é “uma espécie de energia específica (negativa), de força motora endógena, que não pode senão exteriorizar-se sob a forma de diversas manifestações observáveis que são, precisamente os «fenómenos de violência ou de agressividade».” Karli (2008, p. 13)

Uma vez observados actos de violência, podemos inferir de uma realidade causal mas que, segundo este autor, não tem que conduzir necessariamente a fazer o mal, pelo contrário, cada pessoa sendo ajudada a gerir, controlar e canalizar tal energia negativa, pode transformá-la em energia positiva tal como acontece quando quer fazer o bem.

Para Hacker (1973, citado em Pereira, 1975, p. 27), a violência é a expressão manifesta «viva» e principalmente física da agressão. Esta é identificada como a tendência humana de se afirmar, de agir e reagir aos estímulos que não lhe são agradáveis. A socialização obriga a uma gestão dessa tendência e sobretudo da sua manifestação, submetendo o que é individual ao colectivo, através da criação das normas e da sua aplicação, até, pelo exercício da

força. A violência não é compatível com o equilíbrio interior nem com a convivência humana. Por isso, gera o aparecimento de autoridades destinadas a controlar e canalizar a agressão num determinado sentido traduzindo-se isso, de acordo com o autor, num ciclo de agressão.

Considerando as causalidades da violência, alguns autores (Gonzalez-Perez; Pozo, D., 2007; Martins, M..J.,2005) referem a inadequada satisfação das necessidades básicas na infância e estabelecem uma relação com a necessidade de autonomia na adolescência, considerando a participação activa como eixo de educação para a paz.

Um estudo realizado por Malheiros (2005), na Área Metropolitana de Lisboa “*Expressões de Conflito entre Nacionais e Minorias Migrantes e não Migrantes na AML*”, refere que os focos de conflito estão essencialmente associados ao agravamento de situações de exclusão, sobretudo por parte de jovens residentes em espaços sociais e urbanisticamente degradados, onde se verificam condições favoráveis para a reprodução do ciclo de privação. Ainda que se registe uma sobrerepresentação das minorias étnicas nestes espaços, os bairros problemáticos de Lisboa assumem, sobretudo, o carácter de guetos de exclusão e não de guetos étnicos.

Na adolescência o grupo assume uma grande importância, pela partilha dos valores, modelos de comportamento e aspirações. No caso destes bairros, onde o clima de violência é latente, pode constituir-se um potencial meio de propagação de comportamentos desviantes, como a delinquência e a violência. Martins M. J. (2005, p.133) identificou o convívio com amigos e colegas desviantes bem como a rejeição de pares como factores de risco ligados ao meio.

Sá (2002, p. 64-65) estabelece uma diferença entre actos delinquentes e delinquência compulsiva. Para este autor “a adolescência saudável também comporta actos para-

delinquentes” e é importante considerar, perante uma acto delinvente, os recursos psicológicos do jovem e o contexto em que o acto se deu.

De acordo com os discursos dos próprios jovens promotores da violência e das autoridades de segurança verifica-se a emergência de uma cultura de violência como forma de separação e diferenciação, associada aos actos de delinquência e agressão protagonizados por jovens (cada vez) mais novos que colocam a ênfase na agressividade e no desafio face ao “outro”.

(...) A noção de violência aproxima-se da de incivilidade, isto é, de uma ruptura ou desajustamento com os mecanismos e códigos básicos da comunicação no seio de um grupo, frequentemente ligada à agressividade e visando essencialmente testar os limites do outro (Lebbailly, citado por Pato e Silva (2006, p. 179).

Assim, “os jovens residentes nesses bairros sociais, actores privilegiados de uma nova delinquência de exclusão, são também vítimas de agressões e desenvolvem um sentimento de insegurança em relação ao bairro em que residem e ao resto da cidade”. (Moura, 2004, p. 40)

De acordo com Caliman (2006, p. 387), “certos comportamentos manifestam-se muito mais porque são reforçados por circunstâncias ambientais adversas provenientes de contextos intra-familiares, extra-familiares (bairro, comunidade) como também intra-escolares.” Segundo este autor a continuidade dos actos delinquentes está relacionada com factores da vida do indivíduo tanto pelas necessidades frustradas ao nível familiar quanto pelas oportunidades oferecidas pelo meio. Esta ideia é reiterada por Sá (2002, p. 65) que adianta ainda que tantas carências contribuíram para que se tornassem crianças medrosas que “passam a impor medo na proporcionalidade directa do medo que tinham”, num esforço de sobrevivência. Os comportamentos delinquentes são, assim, uma resposta às condições de exclusão social que

sentem, uma forma de encontrar um bem-estar que lhes permita a supressão das necessidades indispensáveis ao seu desenvolvimento como pessoas e assegure a existência.

Ou seja, os comportamentos marginais tornam-se uma expressão do desejo orgânico de sobrevivência. Hipólito (2011) alude a uma imagem que expressa bem esta ideia: O pinhão – que tendo em si mesmo a potencialidade de ser um pinheiro se desenvolverá, torcido ou robusto, dependendo das condições em que vier a crescer.

O ser humano, como qualquer outro ser vivo, nasce tendo em si potencialidades de ser, potencialidades que, infelizmente, nem sempre encontram as condições desejadas, ou necessárias, para um completo desenvolvimento da pessoa, numa actualização total das suas competências e capacidades. (Hipólito, 2011, p. 127)

Outra perspectiva da psicologia social vem da dualidade entre *Ser* e *Ter*. De acordo com Erich Fromm (1999), esta é a diferença entre uma sociedade centrada sobre as pessoas e uma sociedade centrada sobre as coisas. A sociedade Ocidental está orientada para o *ter*. O dinheiro, a fama e o poder tornaram-se questões fundamentais na vida que inibem o *ser* e levam o Homem a centralizar a sua existência no “modo de *ter*”. Esta avidez conduz ao exercício da força, da agressão, do *não importa como*. Como refere o autor, o desejo de possuir produz o desejo de usar de violência para despojar dos outros, de forma clara ou dissimulada.

Problemáticas associadas à delinquência: consumo de substâncias nocivas.

A história das drogas não é recente. Embora o seu consumo abusivo represente hoje um dos maiores problemas das nossas sociedades, e de acordo com Aragão & Sacadura (2002) a dependência química afecte 10 a 15% da população adulta do mundo ocidental, elas constituíram uma preocupação no quotidiano da história da humanidade. Desde a antiguidade

que são conhecidos os poderes de determinadas plantas para alcançar um estado de êxtase e prazer, tendo sido utilizadas em rituais ligados ao culto e à socialização. Se por um lado o seu uso medicamentoso produz a cura da alma e do corpo, o seu uso abusivo torna-se venenoso e produz degradação e morte. (Angel, Richard & Valleur., 2000/2002)

O termo «drogas» abrange várias substâncias potencialmente aditivas que segundo Mann (s. d. citado em Collins, 1980/1995, p. 311) “têm uma coisa em comum: mudam a disposição”. E as mudanças de disposição, de acordo com o mesmo autor, podem ser mais ou menos viciantes conforme o grau de intensidade das mesmas. As drogas podem causar dependência física e/ou psicológica a quem fique exposto a uma dosagem suficientemente forte por um período de tempo suficientemente longo (Collins, 1980/1995).

Por dependência entende-se a compulsão para o consumo continuado de droga. A dependência física é caracterizada pelo desconforto físico da abstinência, a dependência psicológica resulta da necessidade de estímulo ou prazer, ou ainda, de esquecer a realidade. (Dias, 2003, p. 78)

Para este autor, o período da toxicodependência representa um corte radical com a sociedade: O clima das relações familiares agrava-se e o diálogo torna-se impossível; altera-se a composição do grupo dos amigos com um deslocamento do grupo habitual para o grupo de toxicodependentes; o percurso escolar ou profissional é interrompido e o interesse pelo que se passa à sua volta é diminuto. (Dias, 2003)

A problemática das drogas é ampla e multifacetada. Muitas vezes apelidam-se de drogas leves ou pesadas, discute-se o verdadeiro alcance dos efeitos do álcool ou formula-se a questão de saber se os derivados da cannabis produzem dependência ou não. Um dos problemas do seu consumo está relacionado com a escalada de consumos, ou seja, este conduz a outros com consequências potencialmente graves. (Andrade & Sampaio, s.d.; Aragão &

Sacadura, 2002) O consumo de *cannabis* pode provocar, por um lado, a lentidão do pensamento e das reacções, ansiedade, desmotivação, pouco interesse pelas coisas, alterações sensoriais ou, por outro lado, um estado alterado de consciência que liberta no indivíduo as tendências para a agressividade e outros comportamentos anti-sociais (Angel et al., 2002). A interrupção abrupta do consumo, num quadro de cronicidade aditiva, induz uma síndrome de abstinência.

Segundo o relatório de investigação sobre os consumos de drogas em Portugal apresentado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) em 2010 a *cannabis* é a substância ilícita mais consumida em Portugal. Para muitos adolescentes aparece como um meio de socialização e integração no grupo de pares e está presente no seu quotidiano, com graves consequências para o seu desenvolvimento e saúde (Silva & Deus, 2005, p.152).

O mesmo documento do I.D.T. relata que embora em taxas inferiores seguem-se os consumos de cocaína e ecstasy para a população geral e os consumos de estimulantes, alucinógenos e cocaína para a população escolar, na qual se verificou um aumento de consumo em relação a 2006. Registaram-se também aumentos na prevalência de consumo ao longo da vida a nível de várias substâncias, sobretudo de *cannabis*, e um aumento da prevalência de consumo de drogas no último mês. Apesar de a heroína continuar a ser referida como droga principal entre os toxicodependentes em tratamento, regista-se uma maior visibilidade de outras substâncias como o álcool, a cocaína e a *cannabis*. Estes dados apelam a uma reflexão séria sobre a necessidade de intervenção, sobretudo preventiva, ao nível das populações mais jovens.

A Prevenção Primária parece ser a estratégia de intervenção mais eficaz ao nível da toxicodependência. Definida como “um conjunto de estratégias, metodologias e técnicas que usamos para conduzir a tomadas de decisão mais conscientes, que protejam a pessoa do uso,

abuso e uso indevido de drogas, parece ser a solução mais acertada e economicamente mais rentável, contribuindo para a melhor manutenção da qualidade de vida das populações.” (Silva R.P. (2004, p.270) Estas intervenções são mais profícuas se feitas com início precoce, se forem continuadas com o envolvimento de actores sociais interdisciplinares, privilegiando a relação de confiança entre os sujeitos e exigem um esforço das famílias, instituições sociais e políticas.

Em Portugal, este esforço político tem sido representado no IDT. O Instituto da Droga e da Toxicodependência, criado pelo Decreto-Lei n.º 269-A/2002, em resultado da fusão do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, (SPTT), e do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, (IPDT) com os objectivos de prevenir, dissuadir, tratar, reduzir os danos, reabilitar e investigar os caminhos da toxicodependência.

As estimativas da prevalência do consumo problemático de drogas em Portugal realizado em 2005 e referido no relatório do IDT (2010) apontam para taxas por mil habitantes de 15-64 anos na ordem dos 6,2 -7,4.

De uma forma geral, as acções preventivas objectivam evitar que um fenómeno prejudicial à pessoa humana ocorra. Para tal delineiam-se estratégias de carácter informativo, educativo e formativo.

De acordo com Angel (2002), o objectivo das acções preventivas da toxicodependência é simultaneamente reduzir a oferta e a procura de substâncias lícitas e ilícitas. No âmbito da redução da oferta de substâncias lícitas as prescrições medicamentosas, bem como a livre comercialização de outras substâncias potencialmente criadoras de toxicómanos, tais como as colas, representam um aspecto importante no seu controlo. Da mesma forma, as acções internacionais e nacionais repressivas do tráfico de estupefacientes são um instrumento indispensável de controlo da oferta de substâncias ilícitas.

A prevenção da procura inscreve-se num quadro de educação para a saúde e envolve todos os agentes sociais, na responsabilidade da promoção de competências pessoais e sociais que ajudem o indivíduo a encontrar soluções saudáveis para a resolução de conflitos e tensões prejudiciais à saúde.

Agra (2008, p. 34) na sequência de estudos realizados sobre as relações entre a droga e o crime, refere que “ O consumo de drogas na medida em que evolui para o estado de dependência física e psicológica implica uma progressiva perda de autodeterminação da conduta do sujeito”.

Sommer (2004) refere três abordagens à toxicodependência: A dependência como doença; como processo de amadurecimento temporalmente delimitado e relacionado com a idade; como forma de socialização e processo *labeling*.

A política portuguesa sobre a toxicodependência, e em geral, o contexto do tratamento da toxicodependência apoia-se no conceito de doença. Com o aparecimento da Sida na década de 80 introduziu-se uma política de redução de danos, numa tentativa de parar a espiral descendente em que o toxicodependente entra. No início brilhante e empolgante, a vida do toxicómano torna-se um emaranhado de problemas sociais, económicos e culmina num sentimento de isolamento e desespero pessoal profundo.

Relativamente à política de intervenção com drogas de substituição, Sommer (2004, p. 56) afirma:

O papel desempenhado pela intervenção farmacológica no campo da toxicodependência é ambivalente e, em parte, contraditório (...) o médico atenua, pessoalmente e como mandatário da sociedade, o seu sentimento de insegurança face ao seu paciente, em relação ao qual não estabeleceu qualquer relação (...) da mesma forma que essa prescrição também alivia a insegurança da sociedade.

As carreiras da toxicodependência iniciam-se muitas vezes na adolescência. Esta encontra-se na continuidade de uma aprendizagem social que iniciou na infância num dado ambiente sociocultural e que integra as contribuições dos pais, da fratria e dos pares. No entanto, dadas as novas construções familiares, os laços fraternos são os que mais perduram e logo os mais influentes na vida dos adolescentes. Cisin et al. (citado em Angel et al., 2000/2002, p. 198) em investigações conduzidas a partir de 1977 demonstraram que o consumo de droga pelo adolescente era maior nos casos em que um irmão mais velho já consumia drogas.

A par com a influência dos irmãos mais velhos encontramos a dos pares, uma vez que a adolescência é marcada pelo conflito com os pais. Segundo Angel et al. (2000/2002) os pares são considerados o determinante imediato mais «eficaz» de entre os que estão implicados na utilização de «droga» por parte do adolescente, suplantando a influência dos irmãos mais velhos e dos pais.

As consequências da dependência têm o seu epicentro no indivíduo mas alastram-se ao seu redor, nomeadamente na família ou outros significativos com quem vive. A droga torna-se a única paixão e razão de viver, o motor que coloca em marcha todas as decisões e empresta a energia suficiente para alcançar a próxima dose. Estas relações entre as dependências e as famílias têm sido amplamente estudadas na perspectiva da causalidade, do processo de decadência e do tratamento, ou caminho de saída. As famílias constituem factores de influência positiva ou negativa em todo o processo. (Dias, 2003; Angel et al., 2000/2002; Parrot, 2003)

Assim, a acção preventiva da toxicodependência e delinquência tem de contemplar um esforço de educação social que se estenda ao grupo e «agarre» o indivíduo.

Segundo o IDT, de entre as muitas razões apontadas por aqueles que percorrem esse caminho salientam-se:

- Curiosidade
- Desejo de viver outras experiências
- Procura do prazer/diversão
- Desejo de testar limites e transgredir regras
- Pressão dos pares
- Desafio à autoridade
- Desejo de afirmação
- Informação incorrecta ou ausência de informação

O consumo de drogas é um problema do Ser. Do Ser pessoal e do Ser social. O consumidor encontra nas drogas uma maneira de estar e de sentir que lhe agrada tanto quanto o prende. E a manutenção dessa forma de estar exige o aumento gradual da quantidade de substância tomada. E assim, as correntes que o prendem tornam-se cada vez mais fortes e o caminho da liberdade cada vez mais longo e difícil de trilhar sozinho. Por isso, o toxicodependente precisa de ajuda. As famílias, muitas vezes co-dependentes, também precisam de ajuda. A teoria dos sistemas familiares, conforme referida por Angel et al. (2002, p.194) propõe que “cada membro da família afecta e é afectado pelos outros membros, tanto no plano vertical, como no plano horizontal”. As dinâmicas relacionais que se estabelecem entre o toxicodependente e a sua família influencia o papel que cada um desempenha em todo o processo, antes, durante e depois da toxicodependência. Mesmo nas situações em que saturadas e sem recursos aparentemente desistem, as famílias sofrem. Sofrem pela dor da perda, da destruição do sonho, e sofrem pela dor da culpa e da impotência sentida. Estas experiências são repetidamente confirmadas pelas histórias, contadas na primeira pessoa, por quem chega à porta da

recuperação e registadas em trabalhos de recolha (Martins, 2003) e estudos científicos (Dias, 2003; Angel et al., 2002).

Mas, se estendermos o nosso olhar a um círculo maior, não podemos deixar de apontar outros concomitantemente responsáveis. As drogas são também um problema social e um problema político. Os interesses de uns, representados pelas redes de tráfico internacionais, podem isentar-se de ser parte da resposta.

Tal como aconteceu com outras drogas, também o uso de bebidas alcoólicas remonta à antiguidade, tanto como elemento integrante de rituais religiosos como de festins sociais. Inicialmente o processo de fabrico conhecido era a fermentação, mas mais tarde, pela influência dos árabes, veio a destilação e a produção de bebidas cada vez mais fortes.

A investigação nesta matéria remonta a 1849 com Magnus Huss, o primeiro a relacionar o consumo excessivo e prolongado de álcool com diferentes patologias. Huss, também relacionou o alcoolismo com a moral (Kiritzé-Topor & Bérnard, 2007). Um século depois, Pierre Fouquet trouxe uma nova compreensão sobre o assunto definindo a condição de alcoólico como aquela em que alguém não consegue abster-se do consumo de álcool (Kiritzé-Topor & Bérnard, 2007).

Nas sociedades modernas o álcool tem assumido um papel multifacetado e, se por um lado constitui uma importante fonte de receita nos países viticultores, tem também constituído uma preocupação ao nível da saúde pública, uma vez que o seu consumo excessivo é responsável por muitos problemas físicos e mentais dos consumidores, problemas sociais relacionados com a violência, nomeadamente doméstica, e em grande escala, por acidentes de viação. Assim, se por um lado o seu uso é socialmente aceite como meio de socialização, de diversão e procurado pelos consumidores, muitas vezes jovens, como desinibidor social, por outro lado são amplamente reconhecidas as suas consequências nocivas ao nível da saúde e

ao nível social, tornando-se objecto de particular atenção das instituições internacionais e dos estados.

Neste sentido, a OMS postula na Carta Europeia de 1995 que “todas as pessoas têm direito a uma família, comunidade e ambiente laboral protegidos dos acidentes, da violência e de outras consequências negativas do consumo do álcool” e na Declaração de Estocolmo 2011 sobre os jovens e o álcool estabelece que as Políticas de Saúde sobre o álcool “devem ser formuladas com base no interesse da saúde pública sem interferência de interesses comerciais” (citado em PNRPLA, 2010, p. 7).

De acordo com o Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool (PNRPLA, 2010, p. 17), os estudos realizados até ao momento apresentam o problema do álcool como um importante problema de saúde pública. No continente o consumo de bebidas alcoólicas aumentou de 50,4% para 53,8% entre 1998/1999 e 2005/2006. De acordo com o estudo conduzido por Balsa et al. (2008) com a população portuguesa no continente e nas ilhas e referido no mesmo documento, a prevalência do consumo aumentou de 75,6% em 2001 para 79,1% em 2007 e a população que iniciou o consumo de bebidas alcoólicas entre os 15 e os 17 anos aumentou de 30% para 40%, no mesmo período.

No âmbito hospitalar, nomeadamente em doentes de clínica geral, estima-se que há uma prevalência de 25% de homens e 10% de mulheres com problemas ligados ao álcool (Mello et al., 2005, p. 25).

Ainda assim, apesar da prevalência, o álcool é uma substância subestimada, culturalmente encara-se como parte integrante de uma vida “normal”. Assim, ela integra praticamente todos os ambientes e situações: aparece nos momentos de lazer, está presente nas celebrações desportivas, em almoços de “negócios”, regados com cerveja vinho e bebidas brancas, em festas e outros momentos de prazer. Desde cedo aprendemos que «tomar uma cerveja

com os amigos» é um acto social válido e faz parte das tarefas da adolescência, um dos marcos que indicam a entrada na vida adulta. É sinónimo de noite, emancipação e diversão, isto apesar de todos os riscos que acarreta.

Segundo os dados apurados no estudo internacional Word Drink Trends (2005, citado em PNRPLA, 2010) Portugal encontrava-se em 8º lugar no *ranking* mundial do consumo de álcool. O alcoolismo é assim considerado a maior toxicodependência dos portugueses e dão-se os primeiros passos em direcção a uma nova mentalidade e à canalização de recursos para esta droga. Este é um dos maiores problemas de saúde pública e a terceira causa de morte em Portugal.

De acordo com a Direcção Geral de Saúde, no âmbito da Saúde Pública, o consumo abusivo de álcool constitui uma causa importante de perda de saúde, contribuindo significativamente para a taxa de mortalidade e colocando um peso bastante grande sobre os sistemas de saúde sendo que 8 a 10% das mortes de indivíduos com idades compreendidas entre 16 e 74 anos e 6 a 20% de todas as admissões agudas em hospitais estão relacionadas com o álcool. Está implicado em muitos problemas na ordem pública incluindo crime, homicídio e violência.

Bennet (2002, p. 23) reitera que “geralmente há uma relação linear entre consumo de álcool e as taxas de doença” com excepção da doença coronária na qual os estudos apontam para a diminuição de risco com o consumo moderado e o aumento de risco com o consumo excessivo. O mesmo autor refere ainda os efeitos comportamentais do consumo abusivo com dados que o responsabilizam por 20% das admissões psiquiátricas, 60% das tentativas de suicídio, 30% dos divórcios e 40% dos incidentes de violência doméstica.

Capítulo 2 - A Influência do Meio nos Comportamentos de Delinquência

Farrington aponta para o facto já encontrado em estudos anteriores de que o comportamento anti-social é mais frequente entre jovens que vivem em ambientes económicos desfavorecidos, com experiências de insucesso escolar e que são do sexo masculino (citado em Kagan, 2004).

Bairros Sociais

A constituição do tecido social juvenil nos bairros é marcada por diferentes grupos étnicos, famílias numerosas de baixos rendimentos e escolaridade reduzida [tendo em conta que o nível obrigatório de escolaridade é o 12º ano (Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto)] determinando a continuidade do estigma profissional, conduzindo a formas de emprego precário, frequentemente expostos ao risco de exclusão.

O absentismo escolar torna-se uma realidade quase diária a par com a má nutrição e o desenvolvimento de hábitos pouco saudáveis para o corpo, para a mente e para o tecido social envolvente. São jovens com casa, que usam apenas para dormir, mas sem o abrigo necessário à protecção do seu crescimento. De acordo com Moura (2005, p. 28), os discursos dos jovens e das instituições participantes no seu estudo referem a falta da função reguladora da família e da escola. “Do discurso dos jovens parece frequentemente que estes vivem sós, tal é a ausência de regras e de referenciais que emergem quando se fala na família ou na sua relação com a escola”.

Ding (2008, p. 35) refere duas vulnerabilidades principais presentes no seu mundo experiencial: A adolescência e a situação socioeconómica precária. Destas podem resultar

incongruências e problemas de adaptação psicológica que se traduzem, por vezes, em insucesso escolar e comportamentos delinquentes.

De acordo com Moura et al. (2003, p. 56) “a delinquência juvenil muitas vezes associada aos bairros sociais torna-se um fenómeno colectivo. Os jovens perpetuam o seu estado durante muitos anos, pois a dependência económica, a ausência de habilitações ou abandono precoce da escola, torna-os protagonistas de uma longa inactividade onde desenvolvem uma vivência de rua e uma cultura de grupo”. O contexto aparece assim como inibidor de novas ideias e soluções que permitam ao indivíduo ser actor responsável da sua própria mudança num quadro social em que se valoriza, é valorizado e se revê como um cidadão activo num desenvolvimento recíproco. Essa ausência de “janelas” para o futuro fecha os indivíduos num círculo em que têm de lutar por se afirmar num espaço que crêem ser por demais limitado, como se estivessem para sempre condenados a essa prisão. “As conotações negativas atribuídas ao território tendem a afectar o valor dos moradores na escala de prestígio social (...) gera fenómenos com implicações muito sérias sobre a socialização, em particular sobre a dos mais jovens.” (Queiroz e Gros, 2002, p. 126).

Nestas zonas urbanas o alcoolismo tem uma grande implementação e é transversal a todas as faixas etárias, sobretudo no sexo masculino, mas também afecta o sexo feminino senão pelo consumo directo, pelos efeitos degradantes nas estruturas familiares já de si frágeis e na modelagem de comportamentos de dependência junto das populações mais jovens. Gomes, Moura, Guerra & Costa (2005), num estudo realizado com jovens que estiveram institucionalizados, referem que uma das problemáticas associadas à família prende-se precisamente com a toxicodependência dos pais e problemas de alcoolismo, entre outros.

De acordo com Rutter (2004) o consumo de álcool está associado com uma maior probabilidade de comportamentos desordeiros. Becker indica que os comportamentos des-

viantes, entendidos como desvio de natureza social, devem ser analisados dentro do quadro das interações que os indivíduos estabelecem entre si, de acordo com a sociedade em que estão inseridos, seu sistema e normas, que por sua vez enquadram as ações dos seus actores num determinado contexto (1963, citado em Carvalho, 2005)

A delinquência e a marginalidade surgem assim como o resultado das interações entre os vários agentes sociais e o indivíduo. A génese desse fenómeno pode encontrar-se nas características socioeconómicas, na situação ecológica ou mesmo nas particularidades subjectivas que definem a condição humana desses segmentos populacionais.

Tal como Strecht (1999, p. 25) afirma “são as perturbações das organizações sociais e familiares que condicionam cada vez mais organizações individuais de risco. O resultado final é a imagem em espelho disso mesmo: as crianças e os adolescentes passam a fazer das suas relações com a família, a escola, a rua, a forma de exteriorização do seu mal-estar”.

As conclusões do estudo realizado por Agra (1998/2008, p. 110) sobre as relações entre a droga e o crime, vêm desmontar a ideia de que existe uma associação geral. Isto é, “nem todas as drogas estão associadas ao crime, nem todos os crimes associados às drogas”. Como se existissem três “mundos”: O mundo da droga, o mundo do crime, e o mundo da droga-crime. Neste último, as drogas proeminentes são a heroína e a cocaína e os crimes praticados são fundamentalmente o roubo, o furto, a receptação e o tráfico.

Estruturas do meio: família, escola, instituições.

É sobretudo no meio ambiente familiar que o conflito cultural toma forma. A família é a instituição social encarregue da transmissão do capital cultural, no que é auxiliada pela escola, uma vez que a comunicação pedagógica apenas consegue produzir a função da competência cultural que o receptor integrou, em resultado da sua educação familiar (Bourdieu &

Passeron, 1975, citado em Carrera, s.d.). Born (2005, p. 85) refere as conclusões de estudos realizados sobre esta matéria que “indicam que os factores do controlo social informal exercido pela família continuam a ter uma grande influência sobre a delinquência”.

Investigações realizadas neste âmbito confirmam que as relações entre ambos os progenitores marcadas pelos conflitos pessoais e pelas agressões reproduzem-se igualmente na dinâmica relacional com os filhos, influenciando negativamente o percurso de vida destes, conduzindo-os às práticas anti-sociais ou delinquências ou aos comportamentos disruptivos. Assim como, o facto de existir um filho mais velho considerado anti-social na família, gera a probabilidade dos outros irmãos adoptarem também uma conduta delinquente é maior (Goleman, 1995).

Família, escola, e demais instituições sociais tendem a dar valor às características já legitimadas por uma determinada sociedade e à identificação com ela. Gomes et al. (2005) refere até, citando Pierre Bourdieu o “uso abusivo” de uma classe etária e a generalização da associação da violência a certos territórios. A análise desse processo socializador/identificador com a cultura, objecto de inúmeros estudos sociológicos no mundo contemporâneo, não pode prescindir da contribuição que vem sendo oferecida pela Psicologia para a compreensão da identificação individual, um dos processos centrais da formação do *Eu* particular que irá, uma vez formado, interagir no colectivo.

A maior parte das identificações ocorrem fora do nosso consciente e elas limitam e modelam a vida de cada indivíduo. Apesar de nos identificarmos permanente ou provisoriamente com aqueles que amamos, invejamos ou admiramos, podemos, também, identificar-nos com aqueles que nos provocam zanga ou dos quais temos medo. A cultura do medo será também cultura da culpa. O medo não aponta apenas para o seu contrário – a coragem - nem apenas exige inimigos externos, mas vem configurar, ao lado dos grandes e poderosos, um

novo desejo - o de segurança, suscitando pavor de tudo o que pareça capaz de a destruir internamente.

Acreditamos ser dever dos agentes sociais providenciar outro ambiente, outras possibilidades de resposta para que estes jovens descubram a vida e não fiquem limitados à sobrevivência. O Projecto anfitrião dos grupos de desenvolvimento pessoal que facilitaram esta investigação pretende ser isto mesmo nestes bairros: Um esforço de educação social.

Capítulo 3 - A Pessoa como Agente de Mudança

O Autoconceito

Partimos do princípio de que é possível estabelecer uma relação entre o autoconceito dos jovens e os seus comportamentos. Assim, importa definir como se faz a construção desse autoconceito e que domínios o encerram.

O autoconceito é definido como a soma dos sentimentos, crenças e impressões que os indivíduos têm de si mesmo - o *Self* auto percebido, ou, a percepção de Si. Por outras palavras, é a totalidade de um sistema dinâmico e organizado de crenças, atitudes e opiniões que cada pessoa toma como verdadeiras acerca da sua existência enquanto pessoa.

As percepções conscientes que crianças e adolescentes têm de si próprios, dos seus comportamentos e dos seus atributos desempenham um papel importante na organização e motivação do comportamento, dão origem a um conjunto relativamente estável e consistente de atitudes auto-avaliativas e de sentimentos.

O autoconceito pode também entender-se como a consciência de ser, de agir. A percepção externa e interna que o individuo tem de si. Rogers (/1967/1977) define *Self* como um modelo conceptual, organizado, fluido mas consistente de percepções, de características e

relações do “Eu” ou de “Mim”, juntamente com valores ligados a esses conceitos. Na mesma obra avança que “o conceito de *Self*, ou a estrutura de *Self*, pode considerar-se como uma configuração organizada de percepções do ego acessíveis à consciência.” (Rogers & Kinget, 1967/1977, p. 165). Surge como resultado da interação com o ambiente e particularmente, da interação valorativa com os outros. Warner (2009) refere, citando Rogers (1959, p. 221) que “O indivíduo possui a capacidade e tem a tendência de reorganizar o seu autoconceito de forma a torná-lo mais congruente com a totalidade da sua experiência”.

De acordo com Rogers (1980/1987) o *Self* é a parte da experiência que a pessoa identifica como “Eu” ou “Mim”. Ele acreditava que quando uma criança vem ao mundo o conceito de *Self* presenteia-o como um pequeno ponto que cresce e se desenvolve com a idade. Aqueles que experienciam o *Self* de forma apropriada – com todas as preferências, capacidades, fantasias, desventuras e desejos – estão no caminho da auto-actualização.

Para Rogers (1980/1983) o autoconceito ou identidade é formado em parte pela tendência actualizante e em parte pela avaliação dos outros. Assim, as pessoas começam a gostar do que é suposto gostarem e a comportarem-se da maneira que é suposto comportarem-se. Os outros significativos são, em primeiro lugar, aqueles que estão mais próximo e cujo contributo se fez presente ao longo da história de vida do indivíduo, habitualmente, os familiares. O impacto das relações familiares na construção do autoconceito e da auto-estima do adolescente tem de ser levado em conta, uma vez que as representações que o adolescente faz de si próprio estão relacionadas com as avaliações dos diferentes membros da família e as dinâmicas destas relações influenciam o autoconceito nos seus diferentes domínios. (Peixoto, F. 2004, p.235)

O *Self* é um produto social desenvolvendo os relacionamentos interpessoais e lutando pela consistência. Muitas vezes este processo de socialização requer que a pessoa deixe a sua

tendência actualizante de lado a fim de se “encaixar” causando uma dissociação, o que na teoria de Rogers é a base de toda a doença psicológica. Não obstante a tendência actualizante ser um movimento construtivo, as respostas da pessoa resultam também das suas características inatas ou adquiridas e dos condicionamentos externos. Brodley (1998)

O *Self* real é a percepção que o indivíduo tem de si, da forma como é no momento, indicada pelas suas reacções (Thorne, 1992/1994). Há, no entanto, uma outra forma que se deseja, que se considera mais adequada e que constitui ou um desafio de mudança, ou uma acomodação frustrada. Este é o *Self* ideal (Rogers & Rosenberg, 1977). A incongruência vive-se frequentemente neste espaço que medeia o *Self* real e o *Self* ideal (Rogers, 1951/1974). A luta pela aproximação destas formas de Ser pode resultar numa maior satisfação pela actualização, ou num maior desvio pela frustração.

Vaz Serra (1986,1988) salienta que é importante considerarmos a diferença entre o auto-conceito real e o autoconceito ideal, com vista à obtenção de dados de auto-aceitação do indivíduo. Uma diferença pequena poderá ser um bom indicador de que o indivíduo se aceita como é, traduzindo-se tal facto por uma maior aceitação e ajustamento pessoal.

A teoria humanista de Rogers (1951/1974; 1977/1989) postula que cada pessoa faz a organização da realidade tal como a percebe. Central na sua filosofia é o conceito de auto-actualização que descreve como uma tendência inata para o crescimento que motiva todo o comportamento humano. A personalidade é a expressão da tendência actualizante de cada indivíduo na medida em que se desenvolve e da forma única como percebe a realidade. Este conceito implica que há uma força interna, biológica, que desenvolve as capacidades e talentos do indivíduo no máximo do seu potencial. A motivação central do indivíduo é, assim, o crescimento e a aprendizagem. O crescimento dá-se quando os indivíduos defrontam problemas, lutam para lidar com eles, e através dessas lutas desenvolvem novos aspectos das

suas capacidades, formas de ver a vida, num processo infinito de avançar, mesmo que de forma tímida.

De acordo com Behr (2008) a visão de *Self* pode ser mais pluralista do que unitária, uma vez que “experimenta uma variedade de aspectos, partes ou configurações do *Self* que são interligadas, que às vezes conflituam e representam uma rede em movimento de “egos parciais”.

As discrepâncias na percepção do *Self* estão fortemente relacionadas com as experiências vividas negativamente com uns poucos seus significativos. O processo de auto-conhecimento faz-se pelas interacções sociais do indivíduo, como se este se visse através do espelho que o outro lhe oferece. Quando a percepção que lhe é oferecida não é clara, este tende a escolher modelos limitados e pouco eficazes para resolver os seus problemas mas que lhe permitem a sensação de manter o controlo da sua vida e evitar a desorganização total. No entanto, “Um *self* que se tornou objecto de cálculos e manipulação deixou de ser um *self*. Tornou-se uma coisa.” (Tillich (1974) citado em Rogers & Rosenberg, 1977, p. 131).

O Autoconceito e Auto-estima

Diversos autores fazem uma distinção entre autoconceito e auto-estima. O autoconceito está relacionado com a percepção que o indivíduo tem de si próprio e é indicado pela sua auto-descrição (Peixoto, 1996; Vaz Serra, 1988) enquanto a auto-estima é a dimensão avaliativa do auto-conhecimento (Baumeister, citado por Bernardo & Matos, 2003, p. 127). O autoconceito refere assim a imagem multifacetada que um indivíduo tem de si mesmo, a auto-estima o modo como o indivíduo se sente acerca dessa imagem, de uma forma global ou relativamente a uma das faces ou aspectos dessa imagem.

Para Harter (1985) o autoconceito pode ser avaliado em cinco domínios: Competência escolar, aceitação social, competência atlética, aparência física e comportamento. No entanto, inclui no instrumento que criou o *Self Perception Profile for Children and Adolescents*, uma escala de auto-estima, para medir se a pessoa está satisfeita com a sua forma de ser, numa perspectiva global. Harter considera que a auto-estima resulta da relação entre as competências percebidas nos diferentes domínios do autoconceito e a importância atribuída a esses domínios (citado em Peixoto, 2003).

Segundo Rogers, (1951/974) o conceito de ego, ou a estrutura do ego, pode considerar-se como uma configuração organizada de percepções do ego disponíveis à consciência e é formado por elementos tais como as percepções das características e das capacidades próprias; os conteúdos da percepção e os conceitos do ego em relação com os outros e com o ambiente, os valores que se captam como estando associados a experiências e a objectos, os objectivos e ideais captados como valendo positiva ou negativamente.

Para Nunes, o conceito de *Self* é definido como uma estrutura organizada, em constante mutação, constituída por todo o conjunto de percepções vivenciadas por uma dada pessoa, das quais se poderão enumerar as suas características, atributos, qualidades, defeitos e valores que o indivíduo reconhece como fazendo parte de si e que constituem a sua identidade (1997, citado em Rafael, 2006, p. 40).

Vaz Serra (1986) formula a ideia de que a auto-estima resulta da relação entre os objectivos formalizados e os êxitos alcançados pelo indivíduo. O equilíbrio nessa relação resulta num bom sentido de competência pessoal e também numa boa auto-estima. Um défice, real ou percebido, tende a resultar em auto-depreciação e no desenvolvimento de uma auto-estima pobre. Este autor enuncia quatro factores importantes para a génese do autoconceito: O modo como o comportamento do indivíduo é julgado por outros; o feedback que o

indivíduo guarda do seu próprio desempenho; a comparação que faz entre o seu desempenho e o dos pares; a avaliação que faz do seu comportamento face às normas do grupo social em que se encontra.

Este parece ser o dilema da existência: O Ser que percebo ser, o Ser que desejo Ser, o Ser que percebo que outros querem que eu seja. A resposta a estas percepções pode ser de integração ou de amputação do Ser.

A Influência da Terapia no Autoconceito: Competências Pessoais e Sociais

De acordo com Rogers (1951/1974) a principal mudança resultante da terapia é provavelmente a maneira como o indivíduo se apreende a si próprio. Essas alterações de percepção permitem que a pessoa se veja mais apta e capaz de enfrentar a vida, que adquira uma compreensão mais realista de si, das suas relações e do seu ambiente e que escolha os seus valores mais de acordo consigo mesmo, com o seu quadro interno, do que com a opinião de outros.

Rosenberg avança a hipótese de que se um clima de real liberdade psicológica permite uma percepção mais adequada e o pleno funcionamento da pessoa na entrevista individual ou na participação de um pequeno grupo, talvez estas mesmas condições facilitadoras possam obter o efeito de propiciar o crescimento numa comunidade (Rogers & Rosenberg, 1977)

Para Hobbs, a característica dominante da experiência de grupo é talvez a aprendizagem que cada elemento faz na troca de apoio afectivo e compreensão, em que o ego se redefine num contexto relacional (citado em Rogers, 1977).

O Grupo como Facilitador da Mudança

Em 1940, Kurt Lewin, psicólogo ligado ao Massachusetts Institute of Technology (E.U.A.) propôs a ideia de que a formação em relações humanas representaria um modo importante de educação e formação complementar, então negligenciado. Depois da sua morte, ainda na mesma década, realizou-se em Bethel, (Maine, E.U.A.) o primeiro grupo de formação (T-Group), que reunia principalmente empresários e dirigentes ligados à Indústria. (Guimón, 2002).

Propunha-se a hipótese que o contacto com o grupo e a vivência das dinâmicas que inevitavelmente nele se criam, contribuiria para melhorar a compreensão das suas próprias funções num grupo e para o desenvolvimento de competências de resolução de problemas ligados às relações interpessoais, no trabalho.

Este investigador fez também a experiência de colocar crianças em idade escolar em 2 grupos diferentes: um com uma liderança mais autoritária, outro com uma liderança mais democrática. Neste último observou-se maior cooperação e maior criatividade entre os seus membros (Guimón, 2002).

Bion inspirou-se nestes trabalhos para o desenvolvimento da sua teoria de “grupos sem líder”. Bion identificou duas fases ou estádios no grupo: a inicial, ou “assumpção de base” em que o grupo se comporta para com o terapeuta/líder como um bebé com a mãe, verificando-se presentes em cada individuo e em cada grupo emoções primitivas e conteúdos de dependência para com o terapeuta, considerado como aquele que nutre e resolve tudo o que é bom; a segunda fase ou “grupo de trabalho” estágio em que domina na mentalidade de grupo o desejo de atingir um objectivo, no caso dos grupos terapêuticos, a cura. A cooperação consciente entre os membros dos grupos favorece a sua realização (1959, citado em Guimón, 2002).

Ainda na década de 1940, Wender organizou grupos de terapia e referiu o quanto era importante para um indivíduo dar-se conta, num grupo, de que os seus problemas não eram únicos e que outros membros do grupo podiam ter as mesmas dificuldades (Guimón, 2002).

Mais recentemente e no mesmo sentido Leal define o grupo como “...uma entidade única, nascida da interacção de vários indivíduos, sobre a qual se foi descobrindo que tinha em si mesma, virtualidades utilizáveis em contextos terapêuticos e psicoterapêuticos” (Leal, 2005, p. 271).

Em 1947 Rogers e os seus colaboradores iniciaram um grupo de treino para conselheiros optando por um modelo de aprendizagem experiencial. Em vez da exposição de um corpo teórico foi dada a oportunidade aos formandos de se conhecerem melhor a si próprios, e através das relações que ali viviam apreenderem as atitudes que pudessem vir a transpor para o aconselhamento. O grupo de Chicago, assim foi conhecido, distinguiu-se dos outros grupos pela sua essência: Focalizou a evolução pessoal dos participantes e neste sentido, era mais orientado para a terapia centrada no cliente do que para a formação e aquisição de competências em relações humanas. Esta foi a génese dos Grupos de Encontro.

A interacção do indivíduo numa relação em que se sente aceite e não julgado e percebe que é compreendido dentro da realidade que percepçiona, contribui para que haja um progresso nas atitudes de auto-consideração positiva.

A maneira como uma pessoa se percebe e se avalia pode ditar forma como se relaciona com os outros. (Vaz Serra, 1986b, p. 58)

A natureza humana é em si própria relacional. Sem interacção com outros o indivíduo terá dificuldade em se descobrir como pessoa. Barret-Lennard refere que os *Self* humanos são expressões e consequências da relação, num potencial activo de auto-formação que é nutrido e concretizado com e através dos relacionamentos (citado em Rogers, 1970/1986).

Num contexto de grupo, a pessoa vivência um ambiente de aceitação proporcionado por várias pessoas e aprende o que significa dar e receber apoio afectivo e compreensão. O *Self* redefine-se num contexto semelhante ao que criou inicialmente a necessidade de distorcer o autoconceito e a percepção de si em relação com os outros (Rogers, 1970/1986).

O Grupo de Encontro facilita o desenvolvimento de uma relação interpessoal caracterizada pela confiança, respeito, aceitação e entendimento que permitem ajudar cada um a confrontar as suas áreas problemáticas ou insatisfatórias e descobrir formas de resolver estes problemas ou insatisfações.

Hawkins (2008), da experiência realizada em Counselling com um grupo de 15 jovens do sexo feminino, relata que a percepção de que alguém acreditou e confiou nelas foi sentida como o factor de maior importância naquela relação de ajuda.

Fonseca (1999) apresenta a ideia de *empatia grupal* que oferece a experiência individual de viver e sentir as configurações de respostas à expressividade das questões da sua actualidade existencial, no contexto da realidade grupal.

Numa experiência assim, os indivíduos tomam entre si um contacto mais íntimo e directo do que é frequente na vida corrente, o que lhes permite compreender as experiências dos outros como se fossem suas. Esta compreensão da pessoa pelos seus pares revela-se estimulante da mudança. Rogers (1972, p. 69) refere a este propósito a capacidade terapêutica do grupo: “Leva-me a pensar no inacreditável potencial de ajuda que existe na pessoa não treinada, desde que tenha a liberdade de o usar.”

O grupo oferece o clima no qual o participante pode fazer as suas próprias escolhas, participar em igualdade de circunstâncias com os outros no planeamento e execução das actividades, tornar-se mais consciente do poder pessoal, autónomo e criativo, autor da sua própria história (Rogers 1970/1986).

De abordagem não directiva em que o discurso é livre, a pessoa é aceite como é e no que sente no momento, permitindo-lhe o encontro e aceitação de si e facilitando a comunicação e o encontro com o outro. Cada elemento pode abordar o que lhe interessar, desde as vivências comunitárias às dificuldades de relacionamento e ao desenvolvimento pessoal. Fundamentam-se no respeito pela pessoa, na escuta do outro e no acolhimento do outro, considerando a sua alteridade.

A propósito do conceito de não directividade, Leal (2005, p. 277) definiu assim os pressupostos do Grupo de Encontro:

- Que o animador não procure orientar a evolução do grupo.
- Que o animador procure facilitar a expressão e a comunicação.
- Que o animador procure oferecer aos participantes uma compreensão empática, fora de qualquer interpretação.
- Que assim se estabeleça um clima tolerante e acolhedor de grupo.
- Que esse clima permita a cada um dos participantes exprimir as suas dificuldades, abandonar as suas imagens sociais e os papéis em que habitualmente se refugia.
- Que esse clima possibilite uma comunicação profunda e autêntica (*basic encounter*).
- Que esta experiência pode provocar mudança em cada um, na sua relação com os outros e favorecer a evolução pessoal.

Muitas vezes o grupo representa como que uma nova vivência da família, onde os conflitos não resolvidos são retomados e rectificados e provê as circunstâncias ideais para a mudança, já que permite uma grande liberdade de expressão emocional e que se desenterrem emoções e sentimentos de alguma forma camuflados.

Rogers (1970/1986) descreve as fases através das quais se desenrola o processo de grupo: Desde a hesitação ou confusão inicial, até à efectivação de mudanças de comportamento no grupo, poderá verificar-se em alguns participantes a resistência à revelação pessoal, a descrição de sentimentos passados, a expressão de sentimentos negativos, na tentativa de assegurar-se que o grupo lhe oferece realmente a segurança de ser aceite que lhe permita revelar-se. Adquirida a confiança no grupo, experimenta-se então a liberdade de ser quem é e de agir, pelo menos naquele ambiente, de forma coerente consigo e com os sentimentos que está a viver. As interacções tornam-se mais intensas e descobre-se a capacidade terapêutica do grupo. Sentindo-se aceite, a pessoa adquire um novo olhar sobre si mesmo e faz uma nova aceitação da sua pessoa que lhe permite iniciar o seu processo de mudança. Nesta altura do percurso de grupo já não se justificam defesas ou máscaras, procura-se antes a autenticidade. O grupo fornece-lhe um espelho através do qual pode ver-se mais claramente e é confrontado com as suas «forças» e «fragilidades». As relações têm tendência a aprofundar-se naquilo a que Rogers chamou de «encontro básico» em que cada um pode chegar a *sentir com* o outro a sua dor, como se fosse dele. Estabelece-se um clima de calor humano que permite uma partilha íntima e positiva. No final do processo, as mudanças iniciadas dentro da pessoa ecoam no seu comportamento no grupo e projectam-se para fora do grupo, afectando as suas relações e interacções. “A faculdade de autoconsciência confere-lhe o talento de ver-se a si mesmo como os outros o vêem e sentir empatia” (May, 1953, p. 79).

De acordo com Rogers, (1970/1986) os Grupos de Encontro vieram a assumir simultaneamente uma dimensão de crescimento pessoal e terapêutico e de treino de competências relacionais.

Leal (2005) refere também estas duas dimensões do trabalho em grupo, a que chamou terapia grupal, desta forma:

(...) à medida que os efeitos terapêuticos – quer dizer, o ganho de bem-estar subjectivo decorrente da pertença a um grupo – e também os efeitos psicoterapêuticos – quer dizer, os efeitos de melhoria subjectiva, mas também comportamental, esperados através da participação em grupos particulares e sem nenhum outro fim em vista do que o anteriormente enunciado – se foram sistematizando e entendendo e a terapia grupal começou a instalar-se e a proliferar (p. 268).

O grupo fornece o contexto relacional em que cada sujeito é acolhido como pessoa humana, que vale por si própria, num clima em que é capaz de ouvir e ser escutado, condições essenciais ao desenvolvimento. (Dias, 2004)

Assim, partindo do pressuposto que “a experiência de grupo pode provocar mudanças em cada um, na sua relação com os outros e favorecer a sua evolução pessoal” (Leal, 2005, p. 277), coloca-se a questão se para o tipo de população portuguesa urbana jovem, a ressonância de participação nos grupos tem efeitos terapêuticos e estes se expressam na redução dos comportamentos de delinquência. Esta questão orientará a nossa investigação.

Estudo Empírico

Capítulo 1 - Metodologia

O estudo decorreu entre Janeiro e Junho de 2011 com jovens de três Bairros Sociais da área metropolitana de Lisboa. Foi uma investigação de tipo quantitativo, descritiva de correlação, mas foi também um estudo experiencial tendo avaliado as mudanças ocorridas nos mesmos sujeitos em dois momentos, antes e depois da experiência de participação em grupos de desenvolvimento pessoal, ao nível do autoconceito e dos comportamentos delinquentes.

A delinquência juvenil em meio urbano tem vindo a ser tema de numerosas investigações sobretudo numa perspectiva criminal em que frequentemente o campo de estudo é o meio escolar. Neste estudo pretendemos contribuir com uma abordagem da delinquência menos centrada no delito e mais centrada na pessoa que se percebe como delinquente. Pretendemos ainda abrir caminhos a novas estratégias de intervenção no sentido da capacitação do indivíduo para um percurso de vida mais autónomo e saudável.

Objectivos

No contexto da realização de Grupos de Desenvolvimento Pessoal com jovens delinquentes, este estudo pretende verificar:

- Em que medida os comportamentos de delinquência diminuem;
- Se ocorrem mudanças ao nível do autoconceito dos jovens;
- De que forma as mudanças no comportamento se relacionam com a redefinição do autoconceito;
- Qual a contribuição do grupo para a mudança.

Questões de Investigação

A questão de partida para o nosso estudo prende-se com a ideia de que o desenvolvimento pessoal facilitado num ambiente de grupo de encontro com jovens de três bairros sociais da Grande Lisboa promoverá o autoconceito e conduzirá à redução dos comportamentos de delinquência. Haverá uma relação entre o movimento do autoconceito e os comportamentos delinquentes? O grupo de desenvolvimento pessoal terá impacto mensurável no autoconceito e nos comportamentos dos jovens no período imediato ao estudo?

Variáveis

De acordo com Sampieri et al, uma variável é “uma propriedade que uma variação tem em poder ser medida ou observada.” (citado em Reis, 2010, p. 72) Consideraremos como variável independente o Grupo de Desenvolvimento Pessoal e como variáveis dependentes, aquelas que iremos medir, o autoconceito e os comportamentos delinquentes.

População e Amostra

A amostra foi recolhida segundo o critério de participação nos grupos de desenvolvimento pessoal, tratando-se de uma amostra não probabilística, por conveniência. O protocolo de investigação foi aplicado duas vezes a cada participante, existindo alguma mortalidade experimental (n=6), em instituições de acolhimento do estudo.

Instituições de acolhimento do estudo.

A população da amostra foi encontrada em duas instituições que acolheram a realização dos Grupos de Encontro: O “Projecto +Vida” e a “Pastoral dos Ciganos”.

Projecto +Vida.

O Projecto + Vida é um projecto sem fins lucrativos implementado em 2009, pela Associação Vida Abundante e pelo Centro Cristão Vida Abundante sediado em Moscavide.

Trabalha entre os sem-abrigo, alcoólicos e toxicodependentes indo ao seu encontro nas ruas e facilitando a higiene, alimentação e acompanhamento motivacional para entrada em comunidade terapêutica. Equipas de voluntários percorrem as ruas distribuindo sopa, sandes, leite, cobertores e calor humano. Os contactados serão posteriormente, caso o desejem, recebidos no Posto de Atendimento onde tomam banho, recebem roupa, refeição e uma conversa amiga de motivação à mudança.

Constatando que muitos jovens estão hoje no início de um caminho de delinquência e que é urgente intervir para que encontrem outro rumo para a sua vida, iniciou em 2010 uma nova acção destinada à prevenção da marginalidade, com jovens do Casal dos Machados e Quinta das Laranjeiras, onde propõe um trabalho de desenvolvimento pessoal e social, através da educação para a saúde e da promoção de competências de negociação que atenuem ou anulem os comportamentos de violência já bastante presentes.

Para a concretização do projecto a Câmara Municipal de Lisboa cedeu uma loja, que proporciona um ponto de encontro para a comunidade em redor. Neste local, executam-se actividades e workshops para todos os jovens interessados, tais como *hip-hop / grafitti*, teatro, aconselhamento e orientação na saúde. Propõe também a toda a população diversos cursos: Gestão Doméstica, Inglês, Informática, Alfabetização e um Programa de Cessação Tabágica.

Tendo em conta as carências económicas da população dispõe de um Banco Social, para angariação e distribuição de bens alimentares, roupas, material escolar e outros, numa filosofia de ser ponte entre quem tem e quem precisa.

Pastoral dos Ciganos

De acordo com a informação disponível no sítio da internet que aloja a instituição (anexo H), a Pastoral dos Ciganos “tem como missão contribuir para o desenvolvimento espiritual e humano, cultural e social da população de etnia cigana em Portugal, através da sua integração livre e consciente na sociedade”.

A Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos (ONPC) tem personalidade jurídica desde 1972, depende da Conferência Episcopal Portuguesa, através da Comissão Episcopal da Mobilidade Humana, e participa no Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, no Comité Catholique International pour les Tsiganes (CCIT).

Criou e mantém o Jornal *A CARAVANA*, que pretende informar a sociedade em geral sobre a etnia cigana, suas características e cultura, alertar para as situações de exclusão e promover a inclusão.

No âmbito do seu trabalho com a comunidade cigana implementou o Dia Nacional do Cigano (24 de Junho), realiza projectos de formação e de promoção social das crianças e das mulheres ciganas e preconiza eventos de promoção da cultura cigana e de sensibilização para os problemas sociais desta etnia junto da sociedade civil. Apoia diversas Associações de Ciganos e a Federação Cahim Portuguesa (FECALP).

A Pastoral dos ciganos trabalha com jovens e crianças em cinco bairros de Lisboa, através de programas de ATL em horário regular semanal, sendo que os seus utentes são de diversas etnias.

Nos dois bairros em que os grupos se desenvolveram, oferece aos jovens um espaço de referência socio-afectivo ao qual eles voltam mesmo em situação de abandono escolar.

Caracterização da Amostra

A amostra é constituída por 40 jovens de ambos os sexos, residentes em bairros sociais da periferia de Lisboa e utentes de duas instituições a operar nesses bairros: Projecto +Vida e Pastoral dos Ciganos.

A amostra é constituída por 40 jovens, com idades compreendidas entre os 11 e os 24 anos, com uma maior prevalência de jovens de 11 e 12 anos, o que situou a média entre os 13 e os 14 anos ($M=13.45$, $DP= 3.49$). A figura 1 demonstra a distribuição etária.

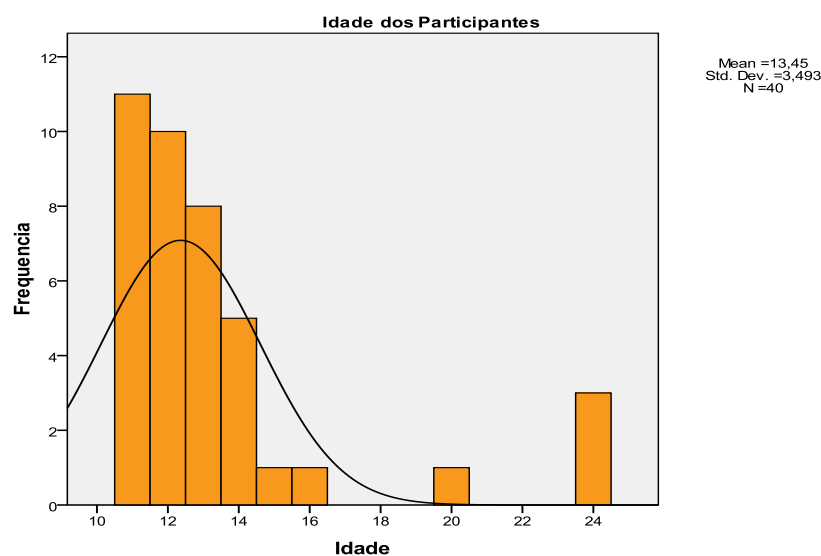


Figura 1: Distribuição dos participantes segundo a idade

Este facto deveu-se, por um lado, a que dois dos grupos realizaram-se em contexto de ATL para jovens, onde a frequência é obrigatória e a idade dos utentes é menor e por outro, mesmo nas situações em que a frequência do espaço é livre, verifica-se que os mais novos aderem com maior facilidade às actividades propostas.

Relativamente à distribuição da amostra por género, 22.5% (n=9) eram raparigas e 77.5% (n=31) eram rapazes. A literatura (Fonseca, 2004) refere uma predominância de respostas de participantes do sexo masculino, confirmada na nossa amostra. As raparigas encontravam-se na faixa etária dos 11 aos 15 anos, variando os rapazes entre os 11 e os 24 anos (figura 2).

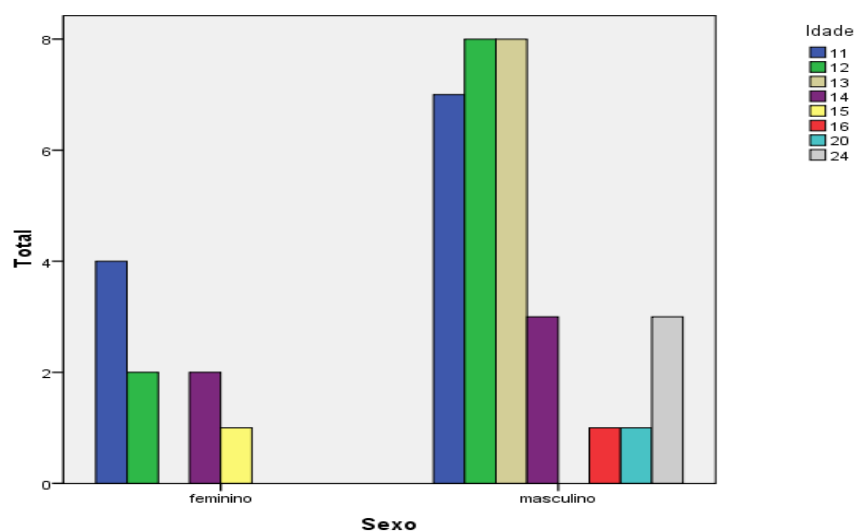


Figura 2: Distribuição dos participantes segundo género e idade

Relativamente aos bairros onde decorreu o estudo, situam-se na área da Grande Lisboa e são bairros de habitação social: Casal dos Machados, Quinta das Laranjeiras do Concelho de Lisboa e Quinta da Fonte, Concelho de Loures.

Como resultado de vários fluxos de migração, a cidade de Lisboa caracteriza-se por uma população bastante heterogénea. Desde os anos 60 procedeu ao acolhimento de famílias que foram colocadas em urbanizações de regime de propriedade camarária, da Caixa de Previdência ou em cooperativas de habitação social em sucessivas operações de realojamento. Estas mesmas famílias, agora alargadas na sua composição, habitam numa mesma casa, em condições deterioradas de conservação, nos bairros periféricos da cidade.

A figura 3 apresenta a distribuição dos jovens pelos bairros, segundo as diferentes idades. É possível observar que no Bairro Quinta da Fonte só existem jovens entre os 11 e os 14 anos.

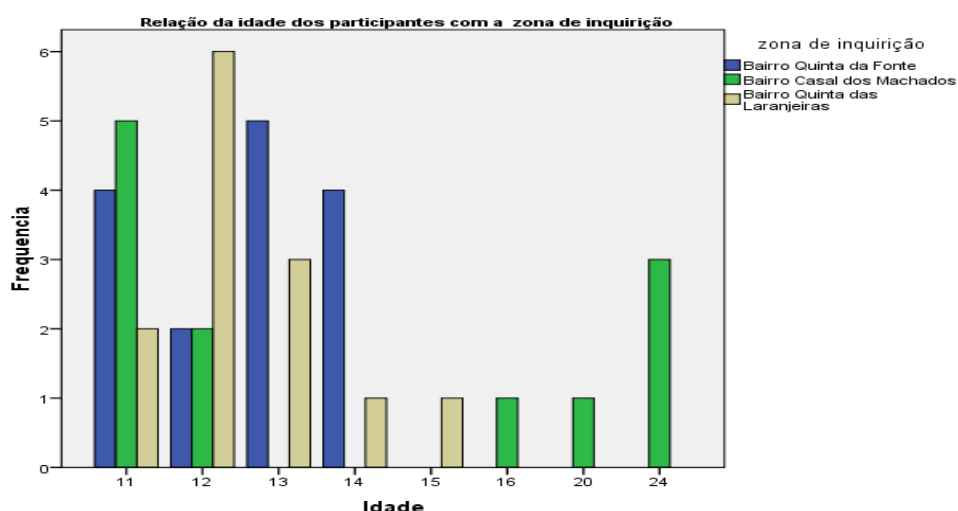


Figura 3: Distribuição dos participantes segundo a idade e bairros de residência

Vários estudos internacionais têm confirmado uma relação entre urbanização e delinquência. Segundo a Escola de Chicago a delinquência é mais elevada nas cidades devido à desorganização do tecido social. (Lander, 1954; Shaww e McKay, 1969 cit. Born, 2005) salientaram a importância do espaço nos comportamentos sociais. Onde a densidade populacional aumenta, a zona é degradada e a população tende a homogeneizar-se no nível socioeconómico baixo, criando uma subcultura de estagnação da qual é muito difícil sair. Também na Europa, estudos realizados em França, identificam uma relação entre o espaço e a delinquência. De notar que estes estudos foram realizados pela análise de números dos tribunais.

Já Born (2005) tem uma posição contrária. Realizou estudos aplicando inquéritos de delinquência auto-revelada e concluiu que a relação entre as características sociológicas dos bairros e a delinquência auto-revelada não são significativas.

Quanto à nacionalidade, a amostra é constituída maioritariamente por portugueses (92.5%, n=37). (figura 4).

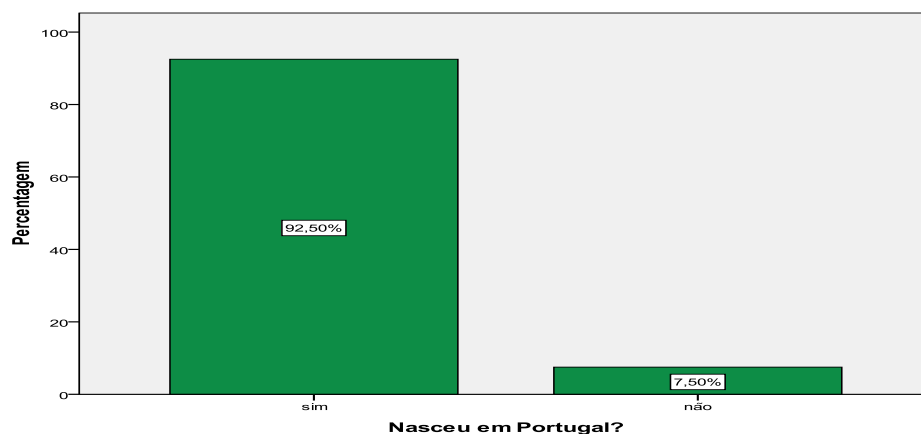
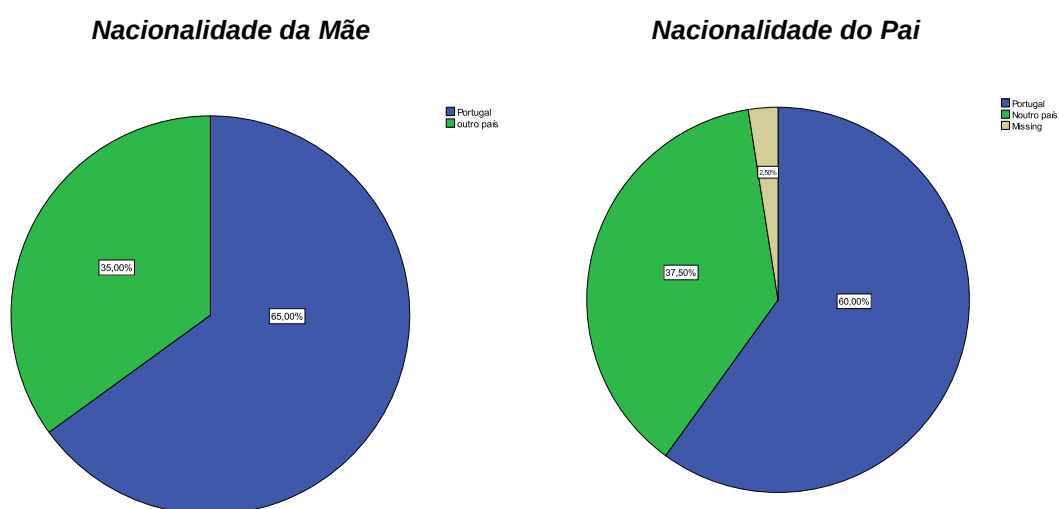


Figura 4: Distribuição dos participantes segundo a nacionalidade

No entanto, um número significativo de indivíduos é descendente de imigrantes, sendo que 35% (n=26) das mães e 37.5% (n=24) dos pais nasceram noutro país (Figura 5).



Figuras 5 : Distribuição dos participantes segundo a nacionalidade da mãe e do pai

A língua mais falada entre os jovens da amostra e as pessoas com quem vivem é o português (87.5%, n= 35) como evidenciado na figura 6.

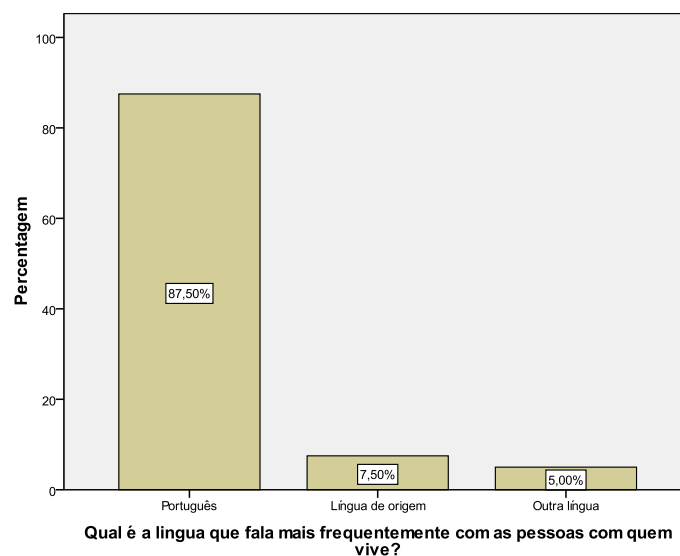
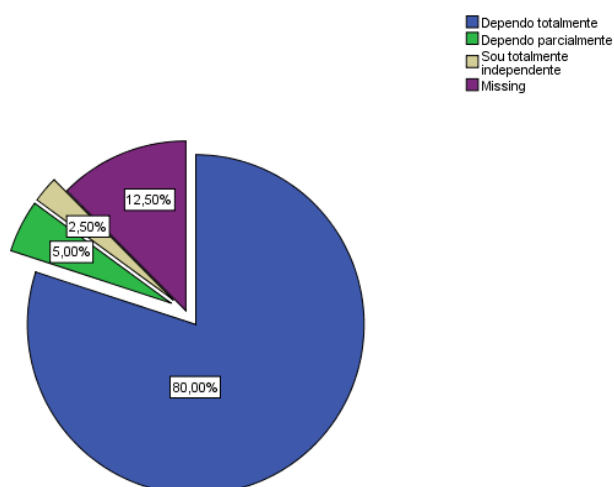


Figura 6: Distribuição dos participantes segundo a língua falada no agregado familiar

No que concerne à situação económica da amostra, em 80% (n= 32) da amostra, esta é de dependência total em relação aos pais ou outros adultos que desempenham um papel semelhante, estando 5% (n=2) em situação de dependência parcial (figura 7). Apenas um participante (2,5%), indicou ser economicamente independente.

Figura 7: Situação económica dos participantes



A situação dos pais face ao emprego (figuras 8) demonstra alguma precariedade, com os reflexos necessários na economia das famílias. De acordo com Born (2005), as famílias de delinquentes são mais frequentemente dependentes de assistência social e são menos as pessoas por família que trabalham e que são remuneradas e o rendimento *per capita* é inferior.

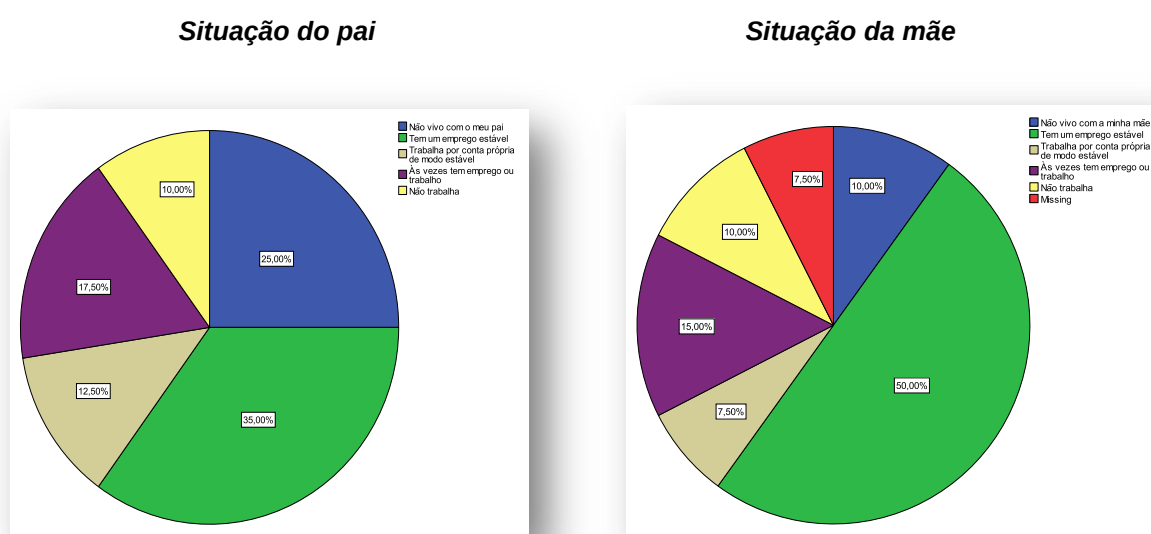


Figura 8: Situação dos pais e das mães dos participantes face ao emprego

É possível ainda concluir, da leitura dos gráficos, que 25.5% (n=10) dos jovens da amostra não vivem com o pai e 10% (n=4) não vivem com a mãe.

Relativamente à composição do agregado familiar, esta varia entre duas e catorze pessoas, sendo a média de 4.33 ($DP=2.165$). A maioria da amostra (69.2%) possui agregados familiares de 3, 4 ou 5 elementos.

Passando à situação face à escola, 54% da amostra frequenta o 2º ciclo do ensino básico. Ao fazer uma distribuição destes resultados pela idade (figura 9), verifica-se que um

número significativo de indivíduos encontra-se neste ciclo em idade demasiado avançada, revelando as dificuldades escolares sentidas, o que é consistente com as respostas relativas à valorização da escola (52,5% (n=21) não gosta nada ou gosta pouco de estudar, 45% (n=18) reprovou uma ou mais vezes, e 75% (n=30) despende no máximo de 30 minutos diários com o estudo em casa.

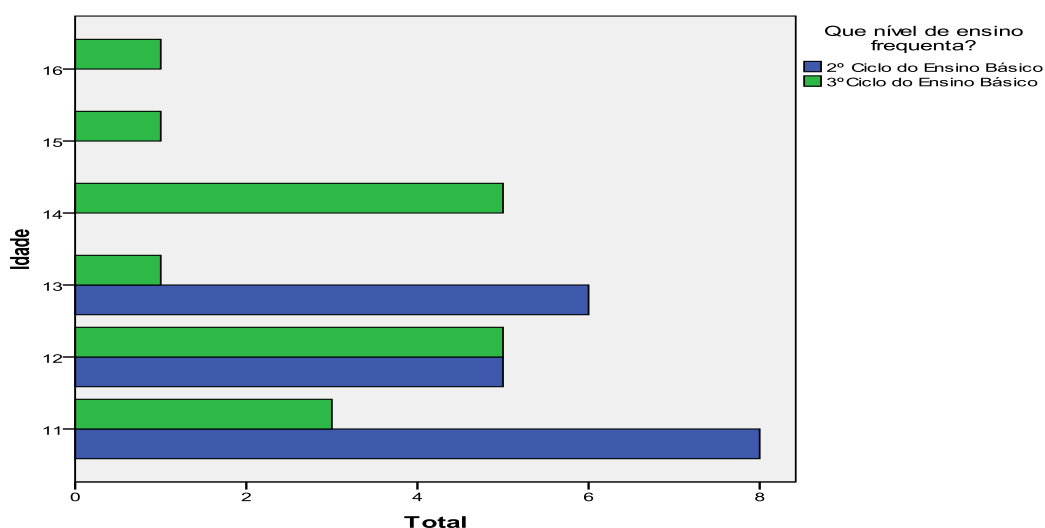


Figura 9: Distribuição dos participantes, segundo a idade, pelos ciclos de estudo

Capítulo 2 - Instrumentos de Pesquisa

Como instrumentos de medida para avaliar as mudanças ocorridas na população do estudo, utilizámos 2 instrumentos: O Inventário Clínico de Autoconceito, (Anexo A) e o Questionário “Comportamentos Juvenis”, (Anexo B).

Inventário Clínico de Autoconceito

Elaborado por Vaz Serra (1986) o Inventário Clínico de Autoconceito, (ICAC) (anexo A) é uma escala de autoavaliação de aspectos emocionais e sociais do autoconceito, unidimensional, de tipo Likert, constituída por 20 questões, com cinco possibilidades de resposta (*Não Concordo*, *Concordo Pouco*, *Concordo Moderadamente*, *Concordo Muito*, *Concordo MUITÍSSIMO*). As questões podem ser cotadas de 1 a 5 valores, umas vezes numa ordem directa e outras vezes numa ordem inversa. Nas questões negativas as pontuações são revertidas. A escala foi construída para que, quanto mais alta for a pontuação obtida, melhor é o autoconceito do indivíduo. O valor global pode oscilar de um mínimo de 20 a um máximo de 100.

A fidedignidade do Inventário foi avaliada pelo autor através do coeficiente de Spearman-Brown, que foi de 0,791 para os 920 elementos da amostra, comprovando um grau de consistência interna bastante elevado e através de «teste-reteste» que se traduziu por um coeficiente de correlação de 0,838 que para 108 elementos é altamente significativo ao nível de $p < 0,001$ para a estabilidade temporal.

Vaz Serra, (1986, citando Jaeger, 1983), refere-se à validade de constructo como a mais importante e a mais complexa, que testa se o instrumento mede realmente o constructo que procura medir.

Para estudar a validade do Inventário o autor pediu aos 920 elementos da amostra que, após responderem à escala, classificassem simplesmente o conceito que faziam de si mesmos em *muito mau*, *mau*, *razoável*, *bom* e *muito bom*. Atribuiu a classificação de 1 a 5, fazendo corresponder 1 à categoria de *muito mau* e 5 à categoria de *muito bom*. Fez então

uma correlação entre a nota global obtida no autoconceito e a classificação pessoal. A correlação foi de 466, considerada altamente significativa para os 920 elementos.

Posteriormente, o autor efectuou uma análise dos componentes principais e de rotação octogonal que revelou a presença de seis factores, quatro deles perfeitamente bem definidos e dois factores mistos, já representados noutros factores.

Os dois primeiros, pelas suas características, podem ser denominados de Aceitação/Rejeição Social e de Auto-eficácia. Estes dois primeiros factores são os mais importantes, e constituem facetas muito típicas do autoconceito, relacionando-se, o primeiro, com o significado que uma pessoa pode ter para outra e, o segundo, com a competência sentida em relação à resolução de problemas. O factor 3 tomou o nome de Maturidade Psicológica e o factor 4 chamou-se de Impulsividade/Actividade. A associação dos *itens* permite-nos assim medir o autoconceito em 4 factores:

Factor 1 - Aceitação / rejeição social – *itens* 1,4, 9, 16 e 17

Factor 2- Auto-eficácia – *itens* 3, 5, 8, 11, 18 e 20. O *item* 18 é de sentido negativo, por isso é cotado de forma inversa. Os valores altos indicam independência e os baixos indicam dependência.

Factor 3 - Maturidade psicológica – *itens* 2, 6, 7 e 13

Factor 4 – Impulsividade – actividade – *itens* 10, 15, e 19

No processo de elaboração da escala a mesma foi aplicada a quatro grupos etários: Adolescentes, jovens adultos, meia-idade e de idade igual ou superior a 60 anos, tendo-se verificado que nos índices mais altos do autoconceito registaram-se dois extremos da amostra, i.e. no grupo etário adolescência e maiores de 60. Também se verificou que os itens não são influenciados por género.

De acordo com o autor, o autoconceito deve ser considerado uma medida de traço de personalidade, e logo uma dimensão estável, pelo que esse aspecto deve ser salvaguardado nas instruções apostas no início da escala.

O ICAC exige um grau mínimo de escolaridade para ser respondido, e procura medir a maneira de ser habitual do indivíduo e não o estado em que se encontra naquele momento. Esta foi uma das principais razões que nos levou a optar pela utilização da mesma, considerando que a sua fácil leitura seria adequada às características dos respondentes, constituindo uma mais-valia.

Questionário “Comportamentos Juvenis”

“Comportamentos juvenis” é um inquérito da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito do Porto (versão adaptada e traduzida do *International Self-Report Delinquency Survey 2* (ISRD-2) usado num estudo que visa a caracterização da delinquência juvenil nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto para a compreensão da dimensão da delinquência, a prevalência, a frequência e as circunstâncias em que os comportamentos delinquentes ocorrem, bem como compreender a estrutura com a análise de algumas variáveis sócio-demográficas como o género e a idade.

Os Questionários de Delinquência Auto-revelada (QDAR) estão a ser utilizados desde 1991-1992 na Europa e nos Estados Unidos da América e foram concebidos para permitir um conhecimento mais adequado da problemática da delinquência e dos comportamentos anti-sociais entre os jovens, uma vez que as estatísticas oficiais, baseadas nos relatos policiais, não reflectem a verdadeira dimensão do problema porque apenas registam aqueles que são apanhados pelo sistema. O método consiste em inquirir junto de uma dada população juvenil, do

seu envolvimento na perpetração de actos anti-sociais ou delinquentes, permitindo conhecer a sua natureza, frequência e dimensão.

Têm sido usados em estudos longitudinais para a compreensão de factores e processos do comportamento delincente e estabelecimento de padrões e trajectórias da conduta delincente. O conhecimento assim adquirido facilita a definição de estratégias de prevenção.

O questionário usado no nosso estudo foi desenvolvido pela Escola de Criminologia do Porto, C. Agra e al. (2008) (Anexo B) elaborado com base na versão actual do *ISDR 2*, que em 2006 foi administrado em 30 países e que para o propósito foi traduzido e adaptado.

As questões incidem sobre um vasto leque de comportamentos, abrangendo condutas que correspondem a problemas sociais juvenis, sem contudo terem valor criminológico. Esta foi a principal razão da nossa opção por este instrumento.

São cobertas 5 grupos de variáveis: prevalência e frequência dos comportamentos considerados, circunstâncias do acto, reacções sociais, sócio-demográficas e de vinculação social.

Uma parte do questionário reporta-se à vitimação uma vez que, se por um lado os jovens são protagonistas de actos delinquentes, por outro lado são também vítimas de actos delinquentes.

A versão utilizada foi aplicada a uma população juvenil portuguesa, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, 3000 alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico e a 1300 jovens com idade igual ou superior a 18 anos, num estudo realizado pelo Observatório de Delinquência, cujos resultados foram apresentados nas Jornadas de Segurança Interna em 2010.

O questionário divide-se nas seguintes dimensões: Variáveis sócio-demográficas gerais; família, estrutura, dinâmica e supervisão parental; escola; comportamento, atitudes e compromisso; amigos; padrões de lazer; zona de residência; comportamento delincente;

comportamento anti-social; contactos com as instâncias formais de controlo; experiência de vitimação; relação à lei.

São colocadas questões sobre a prática de cinco tipos de comportamentos transgressivos: delitos típicos da juventude, vandalismo, crimes contra a propriedade, violência e delitos relacionados com álcool e drogas. Nas respostas afirmativas o questionário desenvolve-se em árvore no intuito de apurar as circunstâncias do acto.

Dada a sua extensão e as características da população do nosso estudo, foi necessário reduzir a aplicação a questões de ordem sócio-demográfica e comportamental.

As nomenclaturas usadas neste estudo para os domínios de análise bem como as questões que os compõem foram escolhidas com base na investigação (Jessor e Jessor, 1977; Cattelino, 1999; Born, 1983; Gottfredson e Hirschi, 1990; Le Blanc e Bouthillier, 2001) referida por Born, (2005), que identifica nove escalas (Actividade sexual e consumo de álcool, consumo de drogas, conflitos com a autoridade na escola, na família, fraude, roubo, condução ilícita de veículos a motor, vandalismo, violência) que contribuem para 4 factores latentes, confirmando o carácter multidimensional da delinquência: comportamentos de deriva, conflitos com a autoridade na escola e na família, delinquência *covert* (dissimulada, sem violência,) delinquência *overt* (com violência). Estes factores pertencem a uma grande categoria classicamente chamada de desviância geral. A proposta de Born (2005, p. 42) aponta para “o reconhecimento de uma dimensão geral que não faz desaparecer as subdimensões que continua a ser legítimo utilizar com objectivos bem precisos de avaliação ou de compreensão de configurações específicas de comportamentos delinquentes”.

A utilização de inquéritos de delinquência auto-revelada oferece algumas vantagens, entre as quais o conhecimento de um vasto leque de comportamentos delinquentes e das situa-

ções transgressivas, flexibilidade na aplicação e uma validade superior em relação a outras técnicas (Klein,1989).

De acordo com Born (2005) os trabalhos sobre a delinquência auto-revelada mostram simultaneamente a riqueza e os limites do método. No que diz respeito à validade e à fidelidade, verificou-se através da aplicação de *testes-retestes* que, se o prazo é curto, verifica-se uma correlação forte, num prazo mais alongado a correlação não é tão forte mas o número de casos revelados aumenta substancialmente na segunda vez.

Nos estudos efectuados por este autor com utilização deste método sugere-se que os jovens que cometerem menos actos delituosos têm tendência para os revelar menos enquanto aqueles que cometeram mais actos delituosos e de maior gravidade têm tendência para exagerrar o relato da sua delinquência.

Registo de Presenças por Sessão

Uma vez que se pretende medir o impacto possível dos grupos de desenvolvimento pessoal, considerou-se importante verificar se existe relação entre as mudanças e o número de sessões em que os jovens participaram. Para tal criou-se um registo de presenças que nos permitisse fazer a verificação de resultados. (Anexo C).

Capítulo 3 - Procedimento

Foram constituídos 5 grupos de 6 a 10 indivíduos, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 12 e os 24 anos, em três bairros da Grande Lisboa, Zona Oriental. Considerou-se que se o número de participantes fosse demasiado pequeno as faltas ou desistências de alguns poderiam ter um impacto negativo no sentimento do grupo e, por outro

lado, se fosse grande poderia limitar a comunicação, quer pela gestão do tempo, quer pelo alargamento de um espaço emocional que se requer íntimo e confidencial. De acordo com Guimón (2002) o tamanho ideal é de sete.

Escolhemos trabalhar com esta faixa etária porque, de acordo com a bibliografia, representa um período de crise e mudança, em que se acentua a vulnerabilidade a comportamentos de violência, até pela necessidade de aceitação e a importância que o grupo de pares assume. (Matos e al. 2009; Silva, 2004).

O local de realização da experiência deve-se por um lado ao facto de aí desempenharmos a nossa actividade profissional, o que nos permite ter um conhecimento prévio geral das problemáticas da zona e por outro lado, a bibliografia confirma que os bairros sociais são potenciadores da delinquência.

Segundo Guerra (2006), estudos indicam que a concentração de população socialmente homogénea, ainda que culturalmente heterogénea, traz problemas de socialização sobretudo entre os mais novos, com reflexos no abandono escolar e prevalência de comportamentos indisciplinados, entre outras atitudes.

Optámos pela realização de grupos de desenvolvimento pessoal porque estes proporcionam o ambiente no qual os indivíduos podem aprender a dar e a receber apoio afectivo e compreensão. De acordo com Rogers (1951/1974), no processo de grupo o Self redefine-se num contexto semelhante ao que criou a necessidade inicial de distorcer a percepção de Si, na relação com os outros. Considerámos que um ambiente de liberdade em que cada um pudesse exprimir os seus sentimentos sem medo, seria facilitador do crescimento e da mudança pessoal, pela aquisição de uma nova compreensão de si, dos outros e dos valores conducentes a uma construção de vida positiva.

Os grupos foram organizados através de duas instituições a operar no terreno, entre os jovens utentes dos seus serviços: Projecto+Vida: Associação Vida Abundante e Pastoral dos Ciganos.

Obtido o acordo das instituições, solicitado por escrito (Anexo D), fez-se em cada local uma reunião de sensibilização para os workshops de desenvolvimento pessoal bem como para a realização do presente estudo, tendo-se colocado a todos os presentes a escolha de ser ou não ser participante. De acordo com a teoria organísmica postulada por Rogers (1951/1974; 1961/1985) a pessoa tende a auto-actualizar-se e as formas de ser que desenvolve são expressões desse esforço de auto-actualização. Se lhe forem dadas as condições necessárias encontrará dentro de si os recursos para escolher-se positivamente e tenderá a rejeitar as formas de ser menos positivas que constituíam o seu “grito” de sobrevivência. A escolha de ser participante era assim, em nosso entender, o ponto de partida fundamental para o processo de grupos.

De entre os jovens que mostraram interesse e de acordo com a recomendação dos monitores, após a devida autorização dos pais nos casos em que os jovens eram menores (Anexo D), realizou-se uma sessão prévia em que foram testados os instrumentos (CJ e ICAC) para averiguar a possibilidade de resposta quanto à extensão e ao conteúdo dos mesmos, por estes grupos. Esta experiência revelou que a extensão do CJ tornava difícil a sua aplicação na totalidade, em auto-resposta. De acordo com Klein (1989) uma das vantagens da utilização deste tipo de questionários é precisamente flexibilidade na aplicação.

Assim, decidiu-se aplicar noutro grupo uma parte (sócio-demográfica) em entrevista e a outra parte em auto-resposta. Nesta segunda experiência verificou-se que a motivação era diminuta e que o tempo que tomava ainda era longo. Verificou-se ainda que ao perceberem que a resposta “*não*” diminuía substancialmente o número de questões a responder enviesava-

vam-se os resultados pelo que, tendo em consideração os objectivos do presente estudo, optou-se pela aplicação apenas da parte relativa aos comportamentos delinquentes, em auto-resposta com ajuda na interpretação das questões sempre que solicitada. Foi garantido o anonimato, confidencialidade e protecção de dados, de acordo com as instruções definidas pelos autores. De acordo com Born (2005) a validade do instrumento é nitidamente mais fraca quando o procedimento não é anónimo.

Para além do questionário “Comportamentos Juvenis” foi aplicado noutro momento o Inventário Clínico de Autoconceito de Vaz Serra. De acordo com as instruções de aplicação foi pedido que os jovens respondessem de uma forma rápida e espontânea a todas as questões, considerando a sua forma de ser habitual.

Com a finalidade de encorajar a participação dos jovens estabeleceu-se uma recompensa para todos os que respondessem aos inquéritos, tendo-se no entanto esclarecido que poderiam desistir em qualquer altura. Ainda assim, foram necessárias duas sessões em cada grupo para a aplicação dos instrumentos.

A confidencialidade das respostas foi garantida através do anonimato, possível através da escolha individual de um código que, apostado a cada folha, permite o agrupamento e comparação de resultados.

Iniciadas as sessões de grupo, verificou-se a dificuldade de manter a atenção e o interesse, pelo que se decidiu recompensar, no final de cada sessão, os participantes que mantivessem uma atitude cooperante. Por atitude cooperante entenda-se aquela que preserve o respeito pelos direitos e liberdades do outro. Da experiência relatada pelos monitores das instituições relativamente à constância da população em causa e porque se verificaram de imediato flutuações nas primeiras sessões, decidiu-se premiar a assiduidade no final do programa.

Para prevenir o efeito negativo que a ausência ou desistência de alguns elementos teria no processo, decidiu-se manter os grupos semi-abertos.

Por constrangimentos do tempo destinado a este estudo, considerou-se que o programa teria o mínimo de 20 sessões (Rogers, 1951/1974, p. 290) de 60 minutos com uma periodicidade semanal, entre Janeiro e Junho de 2011.

Ding (2008) efectuou uma experiência semelhante, com adolescentes, em grupo, no mesmo período de tempo, tendo no entanto realizado três sessões semanais, de 2,5h em que se verificou um aumento da estima de si em 7,9% face aos valores iniciais.

Houve mudanças no sentido dos participantes do counselling centrado no adolescente diminuírem a incongruência entre a self percebido e o self desejado, encontrando mecanismos mais adequados para lidarem com situações de maneira mais satisfatória, como resultado da diminuição da sua estima de si negativa e consequente aumento da sua estima de si geral. (2008, p. 113)

A equipa de facilitação foi constituída por quatro técnicos de diferentes orientações mantendo os pressupostos da empatia, da aceitação incondicional e da auto-direcção, tendo sido realizada previamente uma formação neste sentido. Em cada sessão de grupo estiveram presentes dois técnicos, um com a função de facilitação e outro com a função de co-facilitação. Elaborámos uma lista “*Checklist de atitudes de facilitação*” (Anexo E), de acordo com os parâmetros das atitudes definidas na literatura como facilitadoras do desenvolvimento num grupo de encontro, para utilização individual de cada técnico como auxílio de auto-monitorização da sua acção facilitadora Procurámos assim assegurar o clima facilitador do desenvolvimento inerente à filosofia do Grupo de Encontro (Rogers, 1970/1986).

Na primeira sessão de grupo foi feito um “contrato” informal de garantia da liberdade individual, respeito mútuo e confidencialidade entre todos os participantes. Este compromisso foi lembrado no início de todas as sessões.

Em cada sessão foi dada a liberdade ao grupo de lançar e escolher os assuntos a tratar bem como a forma como o fariam. Assim, houve sessões constituídas por uma “conversa” e outras sessões animadas por uma actividade estruturada, proposta ou escolhida pelo grupo. Frequentemente surgiram comportamentos que deram a oportunidade ao grupo de perceber e trabalhar sobre os sentimentos que estavam na sua origem, como que “em espelho”. Foi mantido um registo de temáticas abordadas como recurso de aferição interna do processo de grupo.

No sentido de fomentar a responsabilidade pelo trabalho do grupo, foram registadas as presenças em todas as sessões. Cada participante adquiria assim o estatuto de membro e percebia a importância que tinha para o grupo e que, reciprocamente, o grupo tinha para ele. Todas as faltas, pontuais ou habituais, foram notadas como ausências significativas.

No final de cada sessão foram feitas reuniões de avaliação pelas equipas para partilhar as dificuldades sentidas e monitorizar a presença das atitudes determinadas como facilitadoras do processo de grupo, procurar soluções para as dificuldades que se iam levantando, sobretudo ao nível do comportamento de alguns participantes durante a sessão, e reflectir sobre as propostas que os participantes iam fazendo.

Após a realização da experiência de grupo procedemos à aplicação da parte do questionário que se reporta aos comportamentos, incluindo as questões relativas aos consumos. Esta decisão foi tomada em função dos objectivos do nosso estudo – observar o movimento dos comportamentos de delinquência – e também em função das características dos jovens que impossibilitariam que estes respondessem devidamente a todo o questionário pela segun-

da vez. Nesta aplicação especificou-se que a resposta se referia aos últimos 5 meses, ou seja, desde o início das sessões de grupo.

Em simultâneo, foi aplicado novamente o ICAC.

Ambos os instrumentos foram aplicados em auto-resposta e foi garantida a confidencialidade e o anonimato.

A informação recolhida foi então tratada de acordo com as cotações atribuídas a cada item do ICAC e do Questionário CJ e os resultados da primeira observação foram comparados com os da segunda observação.

Determinou-se a média da cotação total do Inventário Clínico de Autoconceito e das suas dimensões e comparou-se com a média padronizada do estudo realizado por Serra quando construiu a escala.

Os resultados do questionário Comportamentos Juvenis relativos aos comportamentos foram confrontados com os resultados publicados (Belém, J., 2010, 28 de Novembro *Diário de Notícias*; Matos, S. 2010, 25 de Novembro *Lusa*) do estudo que lhe serviu de base.

Capítulo 4 - Apresentação de Resultados

Tendo em consideração que os objectivos do nosso estudo se prendem com o auto-conceito dos jovens participantes e com os comportamentos delinquentes perpetrados pelos mesmos, apresentamos os resultados relativos a estas variáveis.

O programa utilizado para a análise de dados foi o SPSS - *Statistical Package for Social Sciences* (v. 17). Antes das análises propriamente ditas, desenvolvemos estudos sobre a normalidade das distribuições, para cada variável em estudo (Anexo F). Naquelas em que

não estavam presentes todos os indicadores de normalidade (e mais, especificamente, considerando os resultados dos testes de Kolmogorov-Smirnov), recorreremos aos testes não-paramétricos.

Resultados – Inventário Clínico de Autoconceito

Relativamente ao autoconceito, os resultados da primeira aplicação indicam um autoconceito global médio de 61.05 ($DP= 10.02$) (tabela 1). Na segunda aplicação verificou-se uma descida neste valor médio para 57.68 ($DP= 10.68$). Contudo, esta descida não é uma diferença estatisticamente significativa, $t_{(33)} = 1.32$, $p = .195$, ou seja, não é possível afirmar que houve uma diminuição real do autoconceito destes jovens.

Relativamente a cada um dos factores que compõem a Escala, apenas se verificaram diferenças significativas entre as aplicações no factor Impulsividade/ Actividade, $Z^4 = -2.04$, $p = .04$. Os valores obtidos indicam ter-se verificado uma diminuição estatisticamente significativa neste factor, da primeira ($Mdn=12$) para a segunda aplicação ($Mdn=10$), isto é, após os grupos de desenvolvimento pessoal os jovens demonstram valores menores de impulsividade/ actividade.

Nos outros factores, nomeadamente na Aceitação/ Rejeição Social ($t_{(33)}=.21$, $p = .83$), na Auto-eficácia ($t_{(33)}=-1.46$, $p = .14$) e na Maturidade psicológica ($Z = -1.46$, $p = .14$), os valores obtidos confirmam a ausência de diferenças significativas. (Tabela 1)

⁴ Teste Wilcoxon Matched-Pairs Signed-Ranks

**Tabela 1. Valores das duas aplicações do ICAC (média, mediana e desvio-padrão)
Inventário Clínico de Autoconceito- Resultados das duas aplicações**

Aplic.	Aceitação/ Rejeição Social		Auto-eficácia		Maturidade Psicológica		Impulsividade /Actividade		Nota Global	
	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a
M	17.05	16.68	19.15	18.38	13.2	12.12	11.65	10.5	61.05	57.68
Mdn	17	17	19	18	12.5	12	12	10	61	56
DP	3.94	3.85	3.02	3.42	3.63	3.,08	2.28	2.77	10.02	10.68

Resultados – Comportamentos Juvenis

Este questionário, como descrevemos anteriormente, incide sobre a prática de cinco tipos de comportamentos transgressivos: delitos típicos da juventude, vandalismo, crimes contra a propriedade, violência e delitos relacionados com álcool e drogas.

Na análise de dados optámos pela categorização em 4 factores referidos por Born e já explicados no procedimento: comportamentos de deriva, conflitos com a autoridade na escola e na família, delinquência *covert* (dissimulada, sem violência) delinquência *overt* (com violência, vandalismo), agrupando as questões conforme a sua natureza.

Delitos relacionados com álcool e drogas.

Relativamente a consumos de substâncias nocivas, previamente à realização dos grupos de desenvolvimento pessoal, 42.5% (n=17) dos participantes referiram que consomem bebidas alcoólicas com regularidade e, em 17.5% (n=3) dos casos, pelo menos vez por sema-

na. Verifica-se também que 25% (n=10) da amostra já consumiu bebidas fortes, sendo que destes, 10% (n=4) fá-lo com regularidade. Estes dados são consistentes com os encontrados no estudo que foi base deste instrumento (CJ) relativamente às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, que confirmou uma elevada prevalência do consumo de álcool, tendo 50.5% dos jovens inquiridos admitido já ter ingerido bebidas fortes. (Belém, 2010) Outro estudo realizado por Vinagre et al.(2006) encontrou uma prevalência do álcool como a substância lícita de maior consumo.

Após a participação nos grupos de desenvolvimento pessoal, o consumo de bebidas alcoólicas aumentou de 42.5% para 45% (n=18) enquanto o consumo de bebidas fortes diminuiu de 25% (n=10) para 20% (n=8). No entanto, a regularidade semanal do consumo destas bebidas aumentou de 5% (n=2) para 7.5% (n=3)⁵.

No que se refere ao consumo de erva, marijuana ou haxixe relatado no momento prévio aos grupos, 22.5% (n=9) reconhece já ter consumido, dos quais 12.5% (n=5) afirmam que o fizeram também nas últimas quatro semanas.

Na segunda aplicação, ou seja, após a realização dos grupos, regista-se uma prevalência de 10% (n=4), o que significa uma diminuição face aos resultados da aplicação prévia. A análise das respostas à questão “*Consumiu durante as ultimas 4 semanas?*” deixa-nos perceber uma diminuição ou interrupção do hábito de consumo de 12.5% para 7.5% (n=3)⁶.

⁵ A ausência de 6 participantes no momento da 2ª aplicação pode afectar estes resultados.

⁶ Idem.

Comportamentos delinquentes.

Relativamente aos comportamentos delinquentes, os jovens foram questionados em função da frequência e circunstâncias em que ocorreram e das reacções sociais que obtiveram, e versaram sobre actos de vandalismo, violência, furto, tráfico de drogas, condução ilegal e uso e porte de armas.

Para facilitar a leitura decidimos, no tratamento de dados, agrupar as questões conforme a natureza do acto, da seguinte forma: Violência (engloba todas as questões relacionadas com actos de agressão física com e sem armas, sozinho ou em grupo e ameaças); Furto (engloba todas as questões relacionadas com o roubo de bens) e Outros (que engloba as questões relacionadas com os danos contra a propriedade e contra animais, o tráfico de droga e a condução ilegal).

Furto.

No que se refere ao furto, trata-se do comportamento com maior prevalência, e que assume diversos tipos de expressão, conforme é espelhado na figura 10:

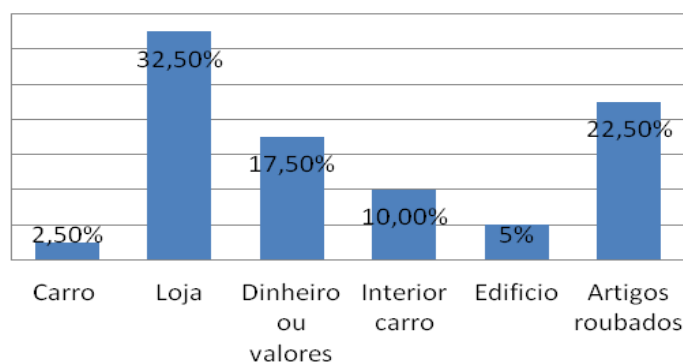


Figura10: Tipos de furto referidos pela amostra, em percentagem (1ª aplicação)

Os dados do inquérito realizado pela Escola de Criminologia apontam para o furto em loja como o mais frequente (84.5%). Este dado é consistente com os da nossa amostra, apesar do valor mais reduzido (32.5%). Seguem-se a compra ou venda de artigos roubados (22.5%) e de dinheiro ou valores (17.5%).

Após a realização dos grupos de desenvolvimento pessoal obtivemos, para a categoria Furto, os seguintes resultados (figura 11):

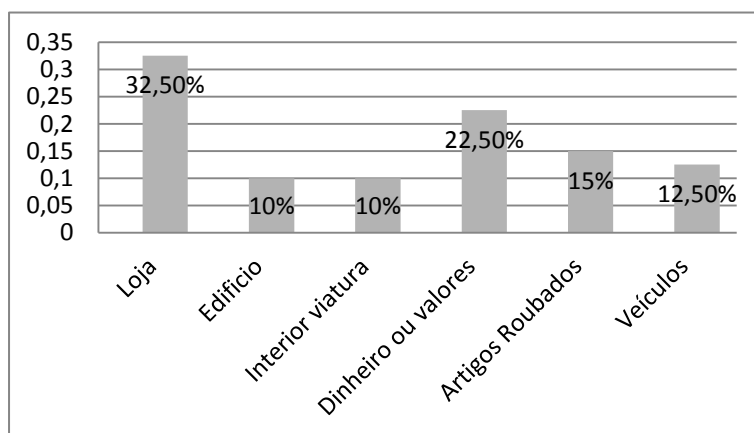


Figura11: Tipos de furto referidos pela amostra, em percentagem (2ª aplicação)

Verifica-se que, em algumas das situações, os valores mantêm-se, nomeadamente no furto em lojas (32,5%), e roubos de artigos do interior de viaturas (10%). Os roubos de veículos aumentaram em 10 pontos percentuais tal como a tentativa de roubo em edifícios e o furto de dinheiro ou valores, em 5%. Regista-se também uma descida ao nível da compra ou venda de artigos roubados.

Violência.

A seguir ao furto, surgem com maior prevalência os comportamentos de violência, com destaque para as lutas em grupo (27.5%) e a agressão física (20%) (figura 12).

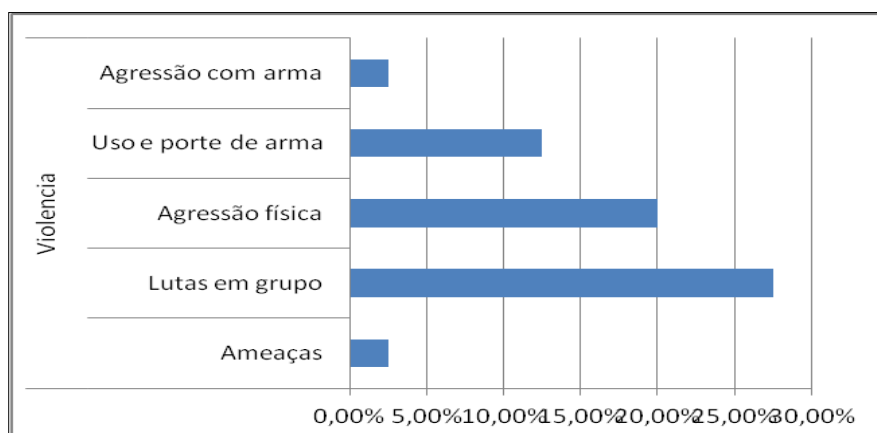


Figura 12: Formas de violência referidos pela amostra, em percentagem (1ª aplicação)

O uso e porte de arma (pau, bastão, navalha ou outra arma) foram referidos por 12.5% dos respondentes. Não se encontram paralelos entre estes resultados e os do estudo da Escola de Criminologia que referem números superiores a 80%.

No momento da segunda aplicação, verificamos que, de forma geral, estes comportamentos tenderam a agravar-se ou a aumentar a frequência, sobretudo ao nível das lutas em grupo e da agressão física, traduzida em murros e pontapés, superiores a 10 pontos percentuais (figura 13).

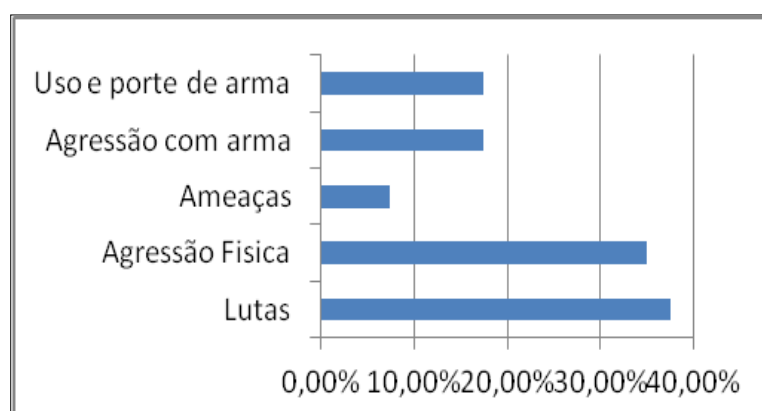


Figura 13: Formas de violência referidos pela amostra, em percentagem (2ª aplicação)

Outros delitos.

No momento da primeira aplicação, na categoria Outros destacam-se a condução ilegal de carro, motociclo ou ciclomotor (sem carta de condução) com 20% (n=8). (Figura 14). O tráfico de droga é o comportamento com menor expressão (5%, n=2). Por outro lado, a condução ilegal aparece como o resultado mais importante (20%, n=8).

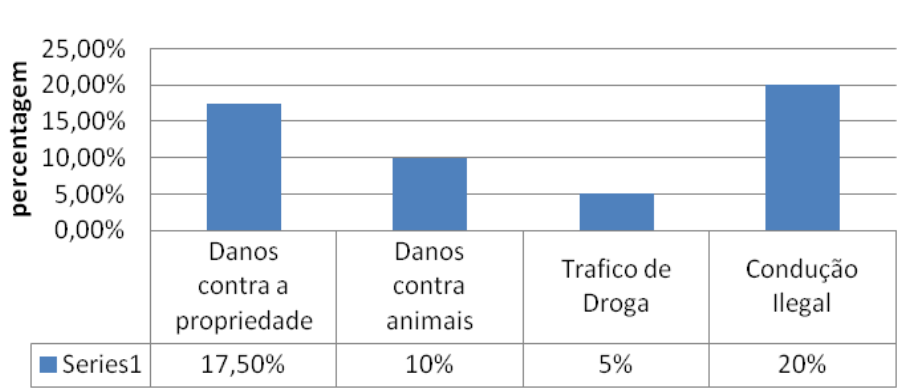


Figura 14: Outros comportamentos delinquentes referidos pela amostra, em percentagem (1ª aplicação)

Quisemos saber a idade destes condutores ilegais, pelo que fizemos uma distribuição das respostas pela idade e obtivemos os resultados constantes da Figura 15. Encontramos condutores ilegais em toda a faixa de abrangência do nosso estudo: entre os 11 e os 24 anos.

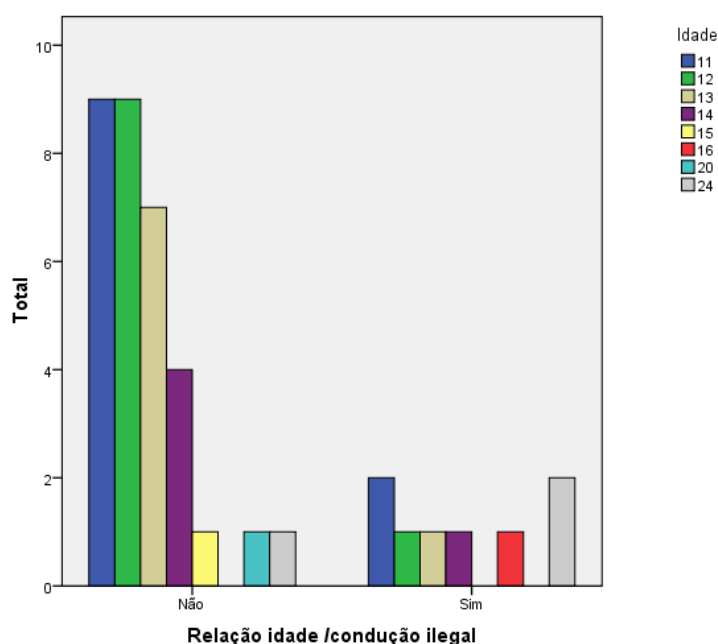


Figura 15: Idade dos jovens com comportamento de condução ilegal

Os números por nós obtidos são muito diferentes dos encontrados pela Escola de Criminologia, que indica o tráfico de droga como o comportamento desviante mais frequente.

Parece-nos ainda importante referir que, à data da primeira aplicação, 32.5% do total de participantes (13 dos 25 que responderam à questão⁷) indicavam pertencer a um grupo que poderiam chamar de “gang”

No estudo da Escola de Criminologia os resultados apontam para os 17.5%, número bastante inferior ao encontrado em 1994, altura em que o IDAR foi aplicado em vários países, incluindo Portugal e em que o número de sujeitos que se envolviam em delinquência em grupo se situou em 59.1% (Born, 2005).

⁷ Tendo em conta que esta pergunta se encontra inserida num conjunto de questões sobre o grupo de amigos, e que na primeira questão registaram-se quatro valores em falta, consideramos que os não respondentes nesta questão em particular não classificam o seu grupo como um “gang”.

Na 2ª aplicação, verifica-se igualmente um aumento nos danos contra a propriedade em 10 pontos percentuais e contra animais em 7.5%. Verifica-se ainda uma diminuição no número de condutores ilegais (15%), mantendo-se o valor para o tráfico de droga (figura 16).

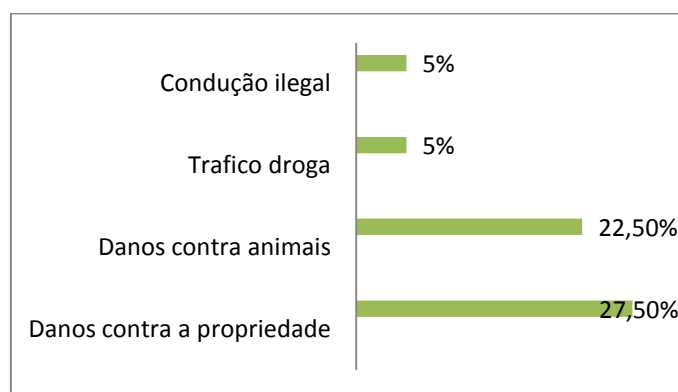


Figura 16: Outros comportamentos delinquentes referidos pela amostra, em percentagem (2ª aplicação)

Outros Dados – Supervisão Parental

Finalmente, dos dados que foram possíveis recolher na primeira aplicação, parece-nos pertinente reportar aqueles que se referem à supervisão parental (figura 17)⁸.

⁸ Para a demonstração destes dados escolhemos os valores da opção *Sempre*, da escala de Likert de 4 níveis, entre *Sempre* e *Nunca*. A opção *Com Frequência* foi menos escolhida tendo registado nas mesmas questões 10%, 12.5%, 5% e 15%, respectivamente, da esquerda para a direita.

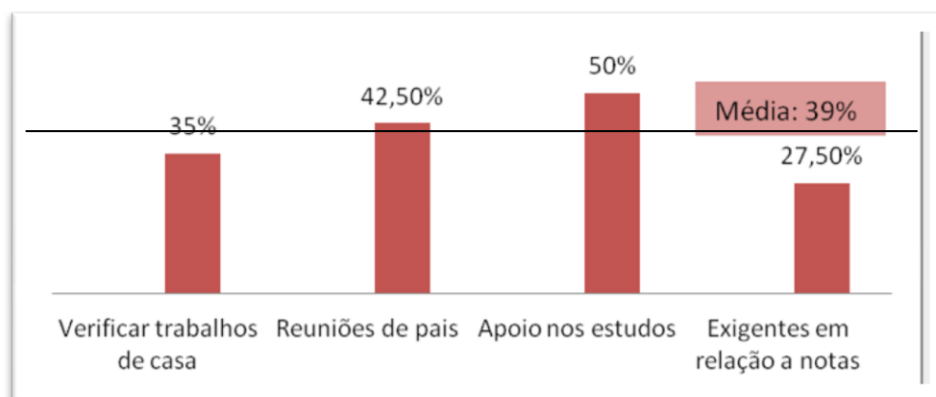


Figura 17: Formas de supervisão parental em relação à escola, em percentagem

É possível constatar que 50% dos jovens respondentes afirmam que os pais os apoiam sempre nos estudos, 42,5% que os pais vão sempre às reuniões escolares e, com menos frequência, que verificam sempre os trabalhos de casa e que são exigentes em relação aos resultados académicos.

Outro aspecto da supervisão parental é medido através de questões relacionadas com a vida social dos jovens, nomeadamente as saídas à noite e com os amigos (Figura 18)⁹.

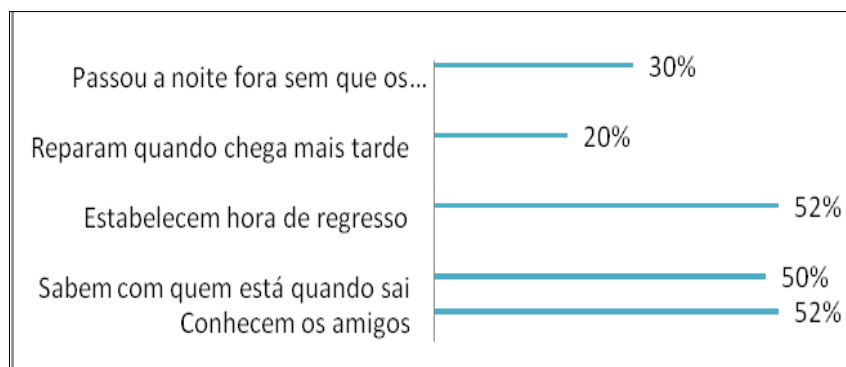


Figura 18: Supervisão parental relativamente às saídas à noite e com amigos, em percentagem

⁹ Para a demonstração destes dados escolhemos os valores da opção *Sempre*, da escala de Likert de 4 níveis, entre *Sempre* e *Nunca*.

Da observação do gráfico podemos inferir que o controlo parental para com os jovens da nossa amostra é fraco, o que de alguma forma parece consistente com os resultados do estudo de referência.

Os Factores de Born

Seguindo os quatro factores referidos por Born (2005), analisámos os resultados obtidos em ambas as aplicações do questionário e a desviância geral. Os resultados indicam a existência de diferenças entre as duas aplicações, no factor *Delinquência overt*; nomeadamente um aumento estatisticamente significativo da primeira ($Mdn = 7.5$) para a segunda aplicação ($Mdn = 9$), $Z = -2.67$, $p = .007$. Nos restantes factores¹⁰ não se obtiveram resultados com significância estatística assinalável (Tabela 2).

Tabela 2. Valores das duas aplicações do QDAR (média, mediana e desvio-padrão), com comparação entre as duas aplicações
Questionário - Resultados das duas aplicações

Aplic.	Comportam. de deriva (D1)		Conflitos com a autoridade (D2)		Delinquência covert (D3)		Delinquência overt (D4)		Desviância geral**	
	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a
M	5.92	5.91	24.53	-	10.10	10.11	7.73	8.94	23.75	24.54
Mdn	6	6	27	-	9	9	7.5	9	23	24
DP	1.05	1	9.26	-	1.86	2.59	1.54	1.67	3.77	5.55
Z*, p	$Z = -.287, p = .77$		-		$Z = -.024, p = .98$		$Z = -2.67, p = .007$		$Z = -1, p = .32$	

*Z - Wilcoxon Matched-Pairs Signed-Ranks ** Calculada seem o factor D2

¹⁰ As questões referentes ao factor D2, Conflitos com a Autoridade, não constaram da 2^a aplicação

Associação entre as duas medidas

Com o objectivo de verificarmos a existência de relação entre o autoconceito e o comportamento delinquente, desenvolvemos estudos de correlação (com recurso ao teste de Spearman, devido à ausência de normalidade na distribuição dos factores de comportamento delinquente). (Anexo G)

Os resultados obtidos indicam a ausência de quaisquer associações significativas, em ambas as aplicações, isto é, não parece existir, na amostra, uma relação entre o autoconceito e o comportamento delinquente (tabelas 3 e 4)

Tabela 3. Correlação entre o autoconceito e o comportamento delinquente (1ª aplicação)

	Comportam. de deriva	Conflitos com a auto- ridade	Delinquência <i>covert</i>	Delinquência <i>overt</i>	Desviância geral**
Aceit./Rej. S.	-1.45	.05	-.02	.02	-.05
Auto-eficácia	.14	-.18	.05	.04	.09
Matur. Psicol.	.22	-.20	.23	.21	.26
Impuls./ actv.	.20	-.28	.15	-.06	.11
Nota geral	.15	-.15	.16	.09	.16

Nota: * $p < .05$ **Calculada sem o factor D2

Tabela 4. Correlação entre o autoconceito e o comportamento delinquente (2ª aplicação)

	Comportam. de deriva	Conflitos com a auto- ridade	Delinquência <i>covert</i>	Delinquência <i>overt</i>	Desviância geral**
Aceit./Rej. S.	-.15	.19	-.02	-.16	-.09
Auto-eficácia	-.07	-.12	.001	-.03	-.04
Matur. Psicol.	-.10	.010	.02	-.10	-.03
Impuls./ actv.	.07	-.09	-.03	.18	.14
Nota geral	-.07	-.010	-.02	-.03	.00

Nota: * $p < .05$ **Calculada sem o factor D2

Participação Efectiva nos Grupos

Tomando por base os registos de presenças em cada um dos grupos, verificámos uma média de (n=30,2) de assistência global, o que representa um número significativo de participantes em falta (n=9,8). O gráfico seguinte ilustra muito claramente a flutuação. (Figura 19)

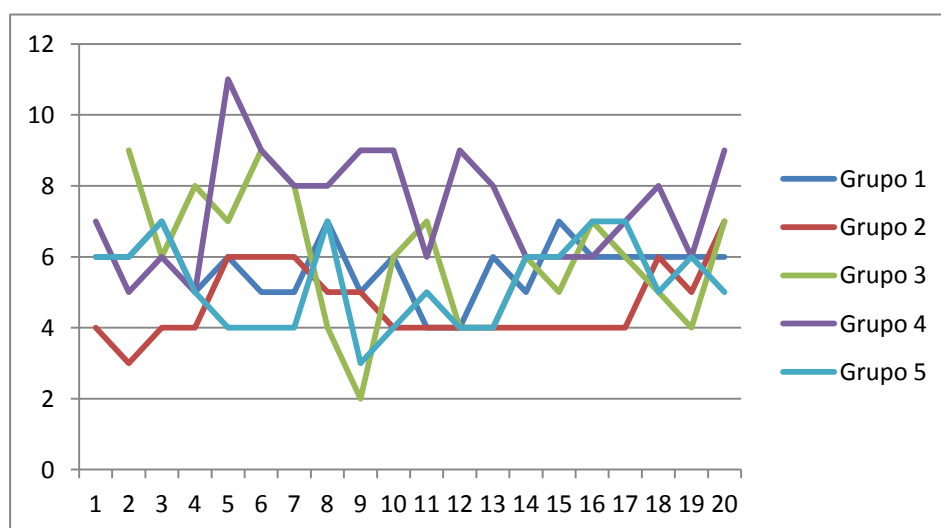


Figura 19: Flutuação de presenças nos grupos de encontro

Capítulo 5 - Discussão de Resultados

Após a apresentação dos resultados, passamos à sua análise em função dos objectivos previamente definidos e da literatura existente.

Um dos objectivos deste estudo prendia-se com a observação do movimento ao nível do autoconceito dos jovens participantes nos grupos de desenvolvimento pessoal.

Nunes (1999) menciona várias vantagens da Relação de Ajuda para quem a pede, entre as quais, uma maior consciência de si como pessoa. Na experiência de liberdade única que a Relação de Ajuda lhe proporciona, a pessoa chega a um conhecimento mais completo de si e dos seus impulsos e estruturas, positivos ou negativos (Rogers, 1980/1987).

Born (2005) refere estudos realizados nos EUA que apontam para a existência de uma percepção de si negativa nos delinquentes. Ainda segundo o mesmo autor, os resultados são confirmados pela prática clínica pois frequentemente encontram-se jovens delinquentes que se consideram maus, falhados, que não prestam para nada e que agem de acordo com o estigma social negativo que sentem, vivendo de acordo com a reputação que têm.

No nosso estudo o autoconceito global médio da amostra situava-se no primeiro momento em ($M = 60,05$) e no final ($M = 57,68$). A diferença não é estatisticamente significativa pelo que não podemos afirmar que houve uma descida no autoconceito real dos jovens. É, no entanto, um valor que corresponde a um nível baixo de autoconceito.

No estudo de Vaz Serra (1986) o valor encontrado para o autoconceito global dos jovens foi ($M = 73,67$ e $M = 72,29$ para os escalões etários considerados (15-19 e 20-29, respectivamente.) Neste estudo os valores mais baixos situavam-se nas faixas etárias da meia-idade e dos jovens adultos, períodos de vulnerabilidade em termos económicos e profissio-

nais seja pela sobrecarga da vida seja pela experiência do primeiro emprego o que, para Vaz Serra, permite inferir uma correlação entre o autoconceito e factores de natureza sócio-económica.

Em relação aos factores que compõem a Escala, apenas se verificaram diferenças significativas entre as aplicações no factor Impulsividade/ Actividade. Os valores obtidos indicam ter-se verificado uma diminuição estatisticamente significativa neste factor, da primeira para a segunda aplicação, isto é, após os grupos de desenvolvimento pessoal os jovens demonstram valores menores de impulsividade/ actividade.

No estudo de referência os valores médios encontrados para os dois grupos etários aproximados da nossa amostra para a impulsividade-actividade foram de ($M=12,33$; $DP=1,772$ e $M=11,82$; $DP=1,930$) respectivamente, um resultado superior em 2,00 considerando o último momento da aplicação.

Nos outros factores, nomeadamente na Aceitação/ Rejeição Social na Auto-eficácia e na Maturidade psicológica os valores obtidos confirmam a ausência de diferenças significativas.

Para o Factor 1 Aceitação / Rejeição Social o resultado da nossa amostra ($Mdn = 17$) em ambas as aplicações aproxima-se dos valores do estudo de referência, que a situam entre ($M=16,89$; $DP= 2,63$ e $M=15,87$ $DP=2,93$), para cada um dos grupos etários correspondentes. Para o Factor 2 Auto-eficácia o valor encontrado ($Mdn = 19$; $Mdn = 18$) distancia-se do estudo de referência ($M = 22$; $DP=3,20$).

Para Vaz Serra (1986) estes factores são de muita importância na definição do auto-conceito, já que apresentam uma maior correlação entre os mesmos e o autoconceito pessoal. Constituem a forma como a pessoa percepçiona a aceitação que fazem de si, ou seja, o significado que têm para o outro, e a forma como sente competência para resolver problemas. Aí

se enquadram os julgamentos de outros à acção do indivíduo bem como os comentários depreciativos à sua identidade e também as avaliações que o mesmo faz do seu desempenho em situações específicas e as comparações entre o seu comportamento e o dos outros. Para este autor, o autoconceito permite *predizer* a forma como a pessoa interage com as outras e lida com áreas respeitantes às necessidades e motivações, sendo possível relacionar um pior autoconceito com um pior ajustamento do indivíduo.

Outro dos objectivos do nosso estudo era verificar se haveria diminuição nos comportamentos delinquentes após o processo de grupo. Concluímos que se registaram alterações estatisticamente significativas no domínio da delinquência *overt*, ou seja, com violência; no entanto, essa diferença não se concretizou numa diminuição mas num aumento. Nos outros factores não se registaram diferenças estatisticamente significativas.

Num estudo levado a cabo por Sege e colaboradores (1999, citado por Matos et al. 2009, p. 71) apurou-se que pertencer ao sexo masculino, o consumo de tabaco, álcool e drogas, um relacionamento deficitário com os pais, o absentismo e o insucesso escolar são factores que para este autor estão na origem de comportamentos violentos nos jovens.

De acordo com (Gomes et al, 2005), os adolescentes e jovens pertencentes a um estatuto socioeconómico mais baixo são mais afectados pelos consumos de álcool e os comportamentos de provocação com os colegas na escola e o envolvimento em lutas, estão muitas vezes associados aos consumos.

No presente estudo verifica-se um aumento da violência relatada e um aumento do consumo de bebidas alcoólicas. Não podemos no entanto estabelecer uma relação directa dada a diferença de 7,5% na linha do crescimento.

Um dos aspectos identificados no estudo refere-se ao controlo parental que nos aparece fraco nos indicadores relativos às saídas à noite, ao acompanhamento escolar e ao grupo de amigos.

Estas famílias “demissionárias” são muitas vezes “clientes dos serviços sociais”, detendo já uma fraca imagem de si próprias e das suas capacidades de acção sobre o jovem, tendo desistido de assumir qualquer papel parental e usando de forma aleatória a indiferença, ou a repressão e o castigo. Frequentemente, face à indiferença dos pais, o papel da “autoridade emergente” é assumido por um dos jovens da família que se torna fonte de autoridade, com responsabilidades perante os irmãos e a casa. (Moura et al, 2003, p. 30)

Amado & Freire (2002) num estudo relacionado com a prevenção da violência nas escolas em Portugal em que refere outros tipos de violência como os grupos organizados ou gangs, concluem que as causas da parecem associadas a problemas económicos, sociais e étnicos, famílias disfuncionais e desestruturadas.

Segundo Born (2005) a diminuição do controlo social aumenta a possibilidade da passagem ao acto delinvente. O mesmo acontece quanto ao controlo familiar interno. Nas situações em que os pais são passivos e infligem punições injustas, em que as relações pais/filhos estão degradadas e a comunicação é inexistente ou deficiente, há maior risco de que os filhos desenvolvam comportamentos delinquentes.

Investigações realizadas em Portugal com o *Inventário Clínico do Autoconceito* (ICAC) demonstraram a existência de associação positiva entre as relações com os pais e o autoconceito. Um bom ambiente familiar, com relações baseadas na tolerância, na compreensão e na capacidade de incentivo aos filhos, ajudando-os a ultrapassarem as dificuldades, são factores importantes no desenvolvimento de um bom autoconceito (Vaz Serra, 1988,1986).

Um melhor auto conceito é preditor de maior ajustamento, mais capacidade de resolver os problemas e menos tendência para desenvolver comportamentos violentos.

No estudo ficou evidente a agregação dos jovens em grupos organizados que poderiam ser chamados de *gang* ($n=13$). Matos et al. (2009) referem que é frequente a formação de gangs como fruto de uma sociedade que não proporciona respostas que venham ao encontro das necessidades efectivas dos jovens. Assim, os jovens residentes nos bairros de habitação social vêm-se privados de oportunidades, condicionados na sua visão da vida e enveredam por caminhos menos saudáveis.

Na adolescência o grupo assume uma grande importância (Ferreira, 1997) pela partilha dos valores, modelos de comportamento e aspirações. No caso destes bairros onde o clima de violência é latente, pode constituir-se um potencial meio de propagação de comportamentos desviantes, como a delinquência e violência.

No que concerne à experiência de drogas, os resultados revelam-se significativamente superiores aos encontrados pelo estudo da Escola de Criminologia, que indicam uma prevalência de consumo para 11,4% dos jovens inquiridos, mas aproximam-se dos mesmos se considerarmos as respostas relativas aos consumos recentes “as ultimas 4 semanas” que se situam nos 12.5%.

Verifica-se também consistência com os resultados de um outro estudo a nível nacional realizado por Vinagre *et al* (2006) em que 26% dos 585 inquiridos já tinha consumido drogas, 14.5% consumia assumia consumir às vezes.

(...) os consumos das várias substâncias iniciam-se cada vez mais cedo, assiste-se a um aumento com a idade e, apesar das alterações verificadas ao nível dos sexos, continuam a ser os rapazes quem mais consome, embora no que diz respeito ao tabaco os

níveis de consumo se aproximem. Confirma-se assim o agravamento da situação em termos de risco ou ameaça para a saúde e bem-estar dos jovens... (p. 74)

Dada a idade dos participantes estes valores poderão estar relacionados com o processo de amadurecimento, (Sommer, 2004) ou com a socialização e processo *labeling*.

Entre a primeira e segunda aplicação verificou-se um ligeiro decréscimo no consumo sem que contudo a diferença seja estatisticamente significativa.

Outro dos nossos objectivos era verificar a relação possível entre o autoconceito e o comportamento delinvente. Os resultados parecem indicar que na amostra não foi possível estabelecer tal relação. Uma vez que não podemos afirmar a existência de uma mudança positiva entre a primeira e a segunda aplicação não foi possível estabelecer essa relação.

De acordo com Vaz Serra (1986) quanto pior o autoconceito, pior o ajustamento do indivíduo e maior propensão para o desenvolvimento de transtornos de carácter emocional.

Finalmente, pretendíamos verificar qual a contribuição do grupo para a mudança. De acordo com Brites "...é na medida em que o indivíduo tem a possibilidade/capacidade de estar aberto à experiência e agir consoante aquilo que a interacção necessidade/experiência determina, que a sua personalidade se forma como uma parte do processo geral do desenvolvimento humano" (2006, citado em Brites & Góis, 2004, p. 29).

Uma vez que os resultados não parecem positivos ou pelo menos não reflectem uma mudança significativa e mensurável que se possa atribuir à variável independente, gostaríamos de tecer algumas considerações:

As características da população da amostra geraram muita instabilidade na frequência, conforme evidenciado na figura 19, o que poderá ter interferido não só com o desenvolvimento pessoal individual, como também a dinâmica do grupo, poderá ter dificultado o sentimento de pertença e o desenvolvimento da confiança no grupo (Dias, 2004).

O tempo que mediou o início e o fim da experiência de grupo foi curto e a ressonância que o trabalho desenvolvido teve nos jovens, pode estender-se no tempo para além do que o nosso estudo nos permite observar. De acordo com Rogers (1970/1986) um grupo será «bem sucedido» se a maioria ou todos os seus participantes sentem, decorrido algum tempo do seu término, que foi uma experiência que os fez crescer, que valeu a pena.

Por fim, a empatia grupal que é proposta por Fonseca (1999) como fundamental para o processo de grupo, permite ao indivíduo sentir-se seguro e acolhido. Para os jovens da nossa amostra, estas eram competências estranhas, novas e a sua aprendizagem constituía um desafio.

Conclusões

Este estudo abordou a problemática da delinquência juvenil urbana tendo confirmado, pelos instrumentos aplicados, o conhecimento adquirido noutros estudos sobre a população jovem portuguesa no meio que caracteriza os bairros de habitação social.

Estes jovens encontram dificuldades ao nível sócio-familiar, experimentando fraco controlo parental. Têm pouco interesse pela escola e pouco sucesso escolar. Estão expostos a pressões de grupos ou gangs em que aprendem a violência e a valorização dos consumos de substâncias nocivas, nomeadamente o álcool e as drogas. Desde cedo envolvem-se em comportamentos de delinquência desde furtos, roubos, actos de vandalismo e agressão.

Têm acerca de si um conceito pobre, em todos os factores, mas sobretudo na auto-eficácia, tendo em consideração os resultados do estudo de referência, o que se traduz numa fraca percepção das capacidades pessoais para resolver problemas.

Foram questões orientadoras na nossa investigação a existência de uma relação entre o movimento do autoconceito e os comportamentos delinquentes e que impacto o grupo de desenvolvimento pessoal teria no autoconceito e nos comportamentos dos jovens no período imediato ao estudo.

Tendo aplicado os instrumentos em dois momentos, antes e depois da experiência, verificou-se que não havia correlação entre o autoconceito dos jovens e os comportamentos delinquentes perpetrados pelos mesmos.

Verificou-se ainda que não se registaram diferenças estatisticamente significativas ao nível do autoconceito global e de três factores seus constituintes, tendo-se encontrado diferença estatisticamente significativa ao nível do factor Impulsividade/actividade.

Relativamente aos comportamentos delinquentes verificou-se uma diferença estatisticamente significativa apenas na delinquência *overt*, ou seja, nos comportamentos violentos.

Autores como (Salmon&West, 2000; Barnow, Luch & Freyberger, 2001) citados por Matos et al.,(2009, p.71) consideram que “...uma combinação de factores demográficos, deficiente monitorização parental, baixa realização académica, delinquência no grupo de amigos, facilidade de acesso a drogas e exposição à violência, são importantes preditores da violência”. Esta poderá ser uma explicação possível para o aumento dos comportamentos de violência registado no decorrer do nosso estudo, uma vez que a descrição corresponde ao perfil da nossa amostra.

Relativamente ao impacto da experiência de grupo sobre o autoconceito e sobre os comportamentos delinquentes, esperado face ao suporte teórico da bibliografia quanto ao efeito do processo de grupo, este não se verificou, uma vez que não se registaram mudanças positivas significativas.

Teremos de considerar nestes resultados a limitação que nos foi imposta pelo tempo que reduziu o programa a 20 sessões, e a inconstância de presenças com o impacto negativo que produz no processo de grupo.

Há ainda a considerar que, diferentemente de outros estudos realizados sobre a delinquência juvenil, o nosso campo foi limitado ao meio não escolar. Esta característica acrescentou provavelmente dificuldades na investigação porque não incluía a obrigatoriedade de

assistência regular formal, normalmente requerida em contexto de sala de aula. No entanto, consideramos que há vantagens na realização da investigação sem o controlo do meio escolar porque permite uma “...escolha autêntica de interesses, de modos de ser, de se relacionar e de realizar...” e a experiência de “...real liberdade psicológica permite uma percepção mais adequada e um melhor funcionamento da pessoa...” (Rogers & Rosenberg, 1977, p. 103)

Tendo em conta as características da amostra e mantendo os objectivos, o estudo deveria ser replicado tendo em consideração os seguintes factores que consideramos terem sido limitações e fragilidades desta nossa investigação:

A escolha dos instrumentos de auto-resposta deve condicionar-se à simplicidade e a uma dimensão reduzida dos mesmos, ainda que em detrimento da quantidade de informação obtida.

O estudo deve ser longitudinal, permitindo um maior número de sessões por um espaço de tempo prolongado, a fim de permitir o processo de mudança.

Deve ter-se em consideração a característica da instabilidade desta população de forma a controlar o efeito negativo das ausências no grupo.

Referências Bibliográficas

- Agra, C. (2008). *Entre droga e crime*. (2^a Th ed). Cruz Quebrada: Casa das Letras
- Agra, C. (s.d.) *Projecto*. Escola de Criminologia do Porto, Faculdade de Direito Universidade do Porto. Retrieved July 10, 2010 from <http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Outros%20Documentos/Juvenil.pdf>
- Amado, J. F.& Freire, I. P. (2002) *Indisciplina e Violência na Escola – Compreender para prevenir*, Porto: Asa.
- American Psychiatric Association (2003). DSM- IV-TR. Lisboa: Climepsi.
- Andrade, P. & Sampaio, M. (s. d.) *Cannabis (charros; ganza; xito; charutos; erva; porro)*. [Folheto] Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Angel, P; Richard, D; Valleur M.(2002). *Toxicomanias*, (M. C. Correia. Trad.) Lisboa: CLIMEPSI Editores (Obra original publicada em 2000)
- Aragão, M.J. & Sacadura R. (2002) *Guia geral das drogas*. Lisboa: Terramar.
- Artiaga, J.F. (2004) A animação sociocultural na juventude. In. Trilla, J. *Animação sociocultural*. (A. Rabaça. Trad.) Lisboa: Instituto Piaget (pp.220-233) (Obra original publicada em 1997- 1998)
- Azevedo, A. (2010). *Personalidade, psicopatia e agressividade em jovens do ensino básico e secundário*. Dissertação de Mestrado não publicada. Lisboa:Universidade Lusófona.
- Barreto, P. (2010) Apresentação do estudo sobre delinquência juvenil realizado pelo

Instituto de Criminologia da Universidade do Porto - *Jornadas de Segurança Interna*, 63-70

Behr, M. (2009) Schemes self and personality change. *Person-Centered & Experiential Psicoterapies*, vol.8, nº 3, 233-242

Belém, J. (2010) *17,5% de alunos assumem pertencer a um gang* DN (28 Novembro)

Retrieved December 2, 2010 from

http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1722066&page

Bennet, P. (2002) *Introdução clínica à psicologia da saúde*. (1ª ed) (C. Nordeste, Trad.).

Lisboa: CLIMEPSI. (Obra original publicada em 2000)

Bernardo, R. & Matos, M. Adaptação Portuguesa do physical self-perception profile for

children and youth e do Perceived importance profile for children and youth. *Análise*

Psicológica (2003), 2 (XXI): 127-144. Retrieved Jun 15, 2010 from

www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v21n2/v21n2a01.pdf

Born, M. (2005) *Psicologia da delinquência*, Lisboa: Climepsi,

Brites R. & Góis (2004). O Self – a propósito de uma análise crítica do conceito. *A Pessoa*

Como Centro nº11/12, 13-35.

Brodley, B.(1998) O conceito da tendência actualizante na teoria centrada no paciente.

A Pessoa Como Centro nº2, 37- 49.

Caliman, G. (2006) Estudantes em situação de risco e prevenção. *Ensaio: aval. pol. pub.*

Educação. Rio de Janeiro Vol. 14 nº 52 pp.383-396 Junho/Setembro pdf.

Retrieved January 25, 2010 from

<http://sites.google.com/a/redesalesiana.net/www/artigos>

- Carvalho, Maria J. L. (2005). Jovens, espaços, trajectórias e delinquências. *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 49. 53-70. Retrieved December 30, 2010 from <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n49/n49a05.pdf>.
- Carvalho, Maria J. L.(2010). A delinquência juvenil portuguesa em perspectiva: *Jornadas de Segurança Interna*, 71-87.
- Carrera, G.O.; Lechner F.; Palmeira, M.J. (s.d.) *Aproximações preliminares entre as teorias sociais clássicas sobre a marginalidade e a situação de crianças e adolescentes explorados sexualmente*. Retrieved December 27, 2009 from <http://www.cedeca.org.br/conteudo/noticia/arquivo/3870FAE9-92B6-5B3A-54A730DDA03F9558.pdf>
- Collins, G.R. (1995) *Aconselhamento Cristão*. 1ªed. (N. Siqueira. Trad) São Paulo Vida Nova (Obra original publicada em 1980)
- Cordeiro, M. (1997). *Dos 10 aos 15: Adolescentes e adolescência*. Lisboa: Quatro Margens.
- Dias, F. N. (2003) *Educação e projecto de vida. Antes e depois da toxicodependência*. Lisboa: Instituto Piaget
- Dias, F. N. (2004). *Relações grupais e desenvolvimento humano*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ding, A.M. (2009). *A sexta condição: um estudo experimental sobre a percepção das atitudes facilitadoras como agente do desenvolvimento da estima de si de adolescentes de 13 a 18 anos*. Monografia de Mestrado não publicada. Universidade Autónoma de Lisboa
- Fromm, E. (1999) *Ter ou ser*. Lisboa: Presença

- Ferreira, P.M. (1997). Delinquência Juvenil, família e escola. *Análise social*, vol.32 (4º e 5º) 903-024. Retrieved November 16, 2011 from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793968M7uDQ9ah6Bb71JL6.pdf>
- Fonseca, A.C. (Ed.) (2004). *Comportamento anti-social e crime. Da infância à idade adulta*. Autor
- Fonseca, L. A. (1999) Grupo e Empatia. *A Pessoa Como Centro*, nº 3, 52:58
- Goleman, D. (1995). *Inteligência emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Gomes, M.P. (Coord.) Moura, D., Guerra, A.& Costa, S. (2005) *Percursos de vida dos jovens após a saída de lares de infância e juventude*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais – Instituto da Segurança Social, I.P.
- Gonzalez-Pérez, J.; del Pozo, M. J. (2007). *Educar para a não-violência. Perspectivas e estratégias de intervenção*. Mem-Martins: K Editora
- Guerra, I. C. (2006). *Participação e acção colectiva – Interesses, conflitos e consensos*. Estoril; Principia
- Guimón, J. (2002) *Introdução às terapias de grupo*. Lisboa: Climepsi
- Hawkins, S.(2008) Working at relational depth with adolescents in schools. A person-centred psychologys't perspective. In Keys, S. & Walshaw, T. (ed) *Person-centred work with children and young people. Uk practitioner perspectives* (pp.47-57) Hereforshire. U.K.: PCCS BOOKS
- Hipólito, J. (2011) *Auto-organização e complexidade: Evolução e Desenvolvimento do Pensamento Rogeriano* Lisboa: Edial.

Instituto da droga e da toxicodependência (2003). *Independência*. [brochura] Lisboa: I.D.T.

Instituto da droga e da toxicodependência (2010). *Relatório Anual 2010: A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*. Retrieved December 20, 2011 from <http://www.idt.pt/PT/Estatistica/Paginas/TendenciasporDrogas.asp>

Kagan, J. (2004). Comportamento anti-social: contributos culturais, vivenciais e comportamentais. In Fonseca C. (Ed.) *Comportamento anti-social e crime. Da infância à idade adulta* (pp. 1-10). Autor

Karli, P. (2008) *As Raízes da Violência*. Lisboa: Instituto Piaget.

Kiritzé-Topor, P. & Bénard, J. (2007). *Guia prático de alcoologia*. Lisboa: CLIMEPSI

Klein, Malcolm W. (1989). *Cross-national Research in Self-Reported Crime and Delinquency*. Los Angeles: Kluwer Academic Publishers.

Kuhn, A. & Agra, C. (2010), *Somos todos criminosos? Pequena introdução à criminologia e ao direito das sanções*. Porto: Casa das Letras

Leal, I. (2005) *Iniciação às psicoterapias*. Lisboa: Fim de Século

Malheiros, J.(2005). Espaços e expressões de conflito entre nacionais e minorias migrantes e não migrantes na AML - *Centro Estudos Geográficos Universidade de Lisboa*. Retrieved July 6, 2010 from <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos%20OI/SumE/conflitualidade%20AML.pdf>

Martins, J. (Coord) (2003) *Eles venceram: histórias reais de ex-toxicodependentes*. Lisboa: Encontro.

Martins, M. J. (2004) Condutas agressivas na adolescência: Factores de risco e de protecção.

Análise psicológica, 2 (23) 129-135

Matos, M.; Negreiros, J.; Simões, C.; Gaspar, T. (2009) *Violência, bullying e delinquência*.

Gestão de problemas de saúde em meio escolar. Lisboa: Coisas de Ler

Matos, S. (2010), 25 de Novembro *Lusa* Retrieved November, 25 from

<http://www.publico.pt/Sociedade/jovens-que-vivem-nas-areas-metropolitanas-com-elevado-consumo-de-alcool-1468091>

May, Rollo (1953) *O Homem à procura de si mesmo*. Petropolis, R.J.:Vozes

Mello, M. L. M; Carvalho J. Barrias J., Breda J. (2001) *Álcool e Problemas Ligados ao*

Álcool em Portugal Lisboa: Direcção-Geral da Saúde. Retrieved December 20, 2010

from <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/B9C3D689-DEA9-47ABAA19F837071DA518/519121/DGSIcool.pdf>

Moura, D. Guerra, I. Pain, J. Pinto, T. (2003). *Construção de identidades: imagens e*

expectativas dos jovens em contexto de realojamento. Lisboa. C.E.T.- ISCTE

Moura, D. (2005). Riscos e delinquências juvenis em contextos de realojamento. *Cidades,*

comunidades e territórios. – C.E.T - I.S.C.T.E

Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis. Trajectórias, intervenções e prevenção*. Lisboa:

Editorial Notícias

Nunes, M. O.(1999) Uma abordagem sobre a relação de ajuda. *A Pessoa Como Centro*, nº 3,

59-64

- Parrot, L. (2003) *Adolescentes em Conflito: os 36 problemas mais comuns na adolescência: um guia prático para pais e educadores*. São Paulo: Vida.
- Pato e Silva, I. (2006) Da experiência urbana à construção identitária dos lugares. *Finisterra*, XLI, 81, 171-188.
- Peixoto, M.A. (1996) A estima de si, o nível intelectual e o sucesso escolar. *Revista Portuguesa de Educação*. Vol.3 (2), 87-89.
- Peixoto, F. (2004) Qualidade das relações familiares, auto-estima, autoconceito e rendimento académico. *Análise psicológica*, 1, (21) 235-244
- Peixoto, F.J.B. (2003). *Auto-estima, autoconceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia. Universidade do Minho
- Pereira, José. (1975) *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega.
- PNRPLA (2010) Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool 2010-2012. *Portal do Governo*. Retrieved December 20, 2011 from http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/MS/PNRPLA_2010_2012.pdf
- Queiroz, M.C. & Gros, M.C.e Gros (2002). Ser jovem num bairro de habitação social. *Por to: Campo das letras*
- Quivy, R; Campenhoudt L. (2008) *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Rafael, M.G. (2006) *Estratégias de coping e estima de si: estudo comparativo entre os estudantes da Universidade do Algarve com e sem recurso à Acção Social*.

Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Reis, E. (2010). *Estatística descritiva*, Lisboa: Edições Sílabo

Rogers, C. (1974). *A terapia centrada no paciente*. (M.C. Ferreira, Trad.) Lisboa: Moraes
(Obra original publicada em 1951)

Rogers, C. (1983). *Um jeito de ser*. (M.C. Kupfer, Trad.) São Paulo: EPU
(Obra original publicada em 1980)

Rogers, C. (1985) *Tornar-se Pessoa*. (7ªed) (M. C. Ferreira, Trad.) Lisboa: Moraes
(Obra original publicada em 1961)

Rogers, C. (1986). *Grupos de Encontro*. (6ªed) (J. Proença. Trad.) Lisboa: Moraes
(Obra original publicada em 1970)

Rogers, C. (1989). *Sobre o Poder Pessoal*. São Paulo: Martins Fontes
(Obra original publicada em 1977)

Rogers, C. & Kinget, G.M. (1977) *Psicoterapia e Relações Humanas: Teoria e prática da
terapia não directiva*. (2ª ed) vol.1 (M.L. Bizzoto, Trad.) Belo Horizonte: Interlivros
(Obra original publicada em 1967)

Rogers. C & Rosenberg. R.L.A (1977) *Pessoa como centro*. S. Paulo: Editora Pedagógica e
Universitária

Rutter, M. (2004). Dos indicadores de risco aos mecanismos de causalidade: análise de
alguns percursos sociais. In Fonseca C. (Ed.) *Comportamento anti-social e crime*. Da
infância à idade adulta (pp. 11-38). Autor.

Sá, E. (2002) *Adolescentes somos nós*. (1ª ed.) Lisboa: Fim de Século

- Silva, A. M. (2004). *Desenvolvimento de competências nos adolescentes. Perspectiva de prevenção em saúde mental na adolescência*. Lisboa: Clempsi
- Silva, R. P. (2004) Prevenção das Toxicodependências – porquê eu? *Análise Psicológica*, 1 (22) ,269-271
- Silva, A. S: & Deus, A. A.- Comportamentos de consumo de haxixe e saúde mental em adolescentes. Estudo comparativo. *Análise psicológica*, 2 (23) 151-174
- Sommer, M.(2004) *Carreiras de saída de toxicodependência. Estratégias de mudança de identidade*. Lisboa: CLIMEPSI Editores
- Sprinthall N. A. & Collins W. A.(1999). *Psicologia do adolescente: uma abordagem desenvolvimentista*. (2ª ed). (C. Vieira, Trad.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Obra original publicada em 1988)
- Strech, P. (1999). *Preciso de ti. Perturbações psicossociais em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim
- Thorne, B. (1994) *Comprendre Carl Rogers*. (D. Le Bon. Trad.) Toulouse: Privat.
(bra original publicada em 1992)
- Vaz Serra, A. (1988). O Autoconceito. *Análise Psicológica*, 6 (2) 101-110
- Vaz Serra, A. (1986b). A importância do autoconceito. *Psiquiatria Clínica*, 7 (2) 57-66.
- Vaz Serra, A. (1986). O Inventário Clínico de Auto-Conceito. *Psiquiatria Clínica*, 7 (2) 67-84.
- Vinagre M. G. et al. (2006). Consumo de álcool tabaco e droga em adolescentes:

experiências e julgamentos de risco. *Psicologia, saúde & deonças*.73-81. Retrieved December 15, 2010, from: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psd/v7n1/v7n1a05.pdf>

Warner, M. (2009) Defense or actualization? *Person-Centered & Experiential Psicoterapies*, vol.8, nº 2, 109-125

Bibliografia

Behr, M; Cornelius-White J. (2008). *Facilitating Young People's Development: International perspectives on person-centered theory and practice*. UK: PCCS Books

Bell, Judith. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Gradiva. Lisboa

Benavente, R. (2002) Delinquência juvenil: da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica* [Edição electrónica] Nov., 2002 nº 4, 637-645. Retrieved January 30, 2010 from: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312002000400008&lng=pt&nrm=isso

Bordet, J. (1998). *Les “Jeunes de la cité”*. Paris, PUF

Câmara Municipal de Lisboa (1999) Os nossos bairros: Bairro Casal dos Machados. *Lisboa Outro Bairro*, n.º 1; CML / GEBALIS, Retrieved January 16, 2010 from http://www.gebalis.pt/site/html/casal_machados

Câmara Municipal de Lisboa (2008), *Habituação municipal: Contributos para um novo modelo de gestão*. Lisboa. Retrieved November 10, 2010 from <http://habitacao.cmlisboa.pt/documentos/1233065274Q3jKA7bw5Ka42TT4.pdf>

- Dubet, F.; Lapeyronnie, D.; (1992). *Les Quartiers d'Exil*". Paris: Editions du Seuil
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Principia Editora, Cascais
- Guerra, I. C. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção. O Planeamento em ciências da educação* (2ª edição), Estoril: Príncípia
- Ogein, A. (1999). *Sociologie de la deviance*. Paris: Armand Colin.
- Pereira, A. (2008) *SPSS. Guia prático de utilização. Análise de dados para ciências sociais e psicologia* (7ª ed). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Trilla, J. (coord) (2004) *Animação sociocultural*. (A. Rabaça. Trad.) Lisboa: Instituto Piaget
(Obra original publicada em 1997- 1998)

Anexos

Inventário Clínico de Autoconceito – Anexo A

QDAR- Comportamentos Juvenis – Anexo B

Registo de Presenças – Anexo C

Autorizações Protocolares – Anexo D

Checklist de atitudes/registo de sessões – Anexo E

Estudos de Normalidade – Anexo F

Correlações entre as duas medidas – Anexo G

Apresentação da Instituição: Pastoral dos ciganos – Anexo H

Anexo A

Inventário Clínico de Autoconceito

Anexo B

QDAR- Comportamentos Juvenis

Anexo C

Registo de Presenças

Anexo D

Autorizações Protocolares

Anexo E*Checklist de Atitudes*

Anexo F

Estudos de Normalidade

Anexo G

Correlações entre as duas medidas

Anexo H

Apresentação da Instituição: Pastoral dos ciganos